

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ROBERTO DE DOKONAL DUARTE

**UM ESTUDO DA GÊNESE DO CHAVISMO A PARTIR DO
MARXISMO HETERODOXO**

Florianópolis
2008

ROBERTO DE DOKONAL DUARTE

**UM ESTUDO DA GÊNESE DO CHAVISMO A PARTIR DO
MARXISMO HETERODOXO**

Monografia submetida ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito obrigatório para obtenção
do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Área de Pesquisa: História Econômica

Florianópolis
2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**

Esta monografia foi julgada adequada e a banca examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao aluno Roberto de Dokonal Duarte na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Orientador

Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

Prof. Ms. Lairton Marcelo Comerlatto

Florianópolis, 10 de julho de 2008

AGRADECIMENTOS

Certamente não foram os anos sentados à carteira que redundaram no texto e nas idéias que agora apresento: a bem da verdade esta monografia seria impensável se restrita à esfera da sala de aula. Foi, pelo contrário, a vida à margem da Universidade, aquela ainda possível, dos debates calorosos, das conversas lúcidas, dos questionamentos radicais a grande culpada por esta monografia ser o que é – para o bem ou para o mal. Assim os agradecimentos são aqui para aqueles que contribuíram com isso de alguma forma.

Em primeiro lugar, aos camaradas do CALE, essa grande escola, com quem vivi e partilhei sonhos, desavenças, gargalhadas e equívocos. Também à turma da Velha Guarda, inevitável fusão da Liga com o Sindicato, uma confortante contradição em movimento. Desses menciono, pela preocupação e troca de idéias a respeito da monografia, Aline, Amauri, Beatriz, Carmona, Carol, Elder, Fábio, Ferazza, Fernando, Flávio, Gustavo, Júlio, Leonardo, Pietro, Segura e Zé.

Em segundo lugar, aos professores que entenderam o significado da palavra ensino e não ficaram somente a ladrar os “conteúdos” de manuais e transparências. Destaco aqui Lauro Mattei, pelo comprometimento desmedido e sincero com os estudantes; Valdir Alvim, grande amigo, sempre preocupado com as práticas pedagógicas; e Helton Ouriques, a quem atazanei por quatro disciplinas e que, mesmo assim, teve paciência para orientar-me.

Um agradecimento realmente especial ao João Bernardo, sempre muito solícito e franco, que me prestou grande ajuda e com quem pude discutir diversos pontos delicados da monografia.

Como é de costume, à família. Os tios, os avós e o irmão, com suas incontáveis e quase sempre inoportunas perguntas, que tão bem me serviram de estímulo para terminar o trabalho. E aos meus pais, que, além dessas perguntas e de livrarem-me da necessidade do trabalho precoce, deram a mim um apoio sem par.

Por fim, agradeço ao café, à cerveja e ao chá, estes três guardiões da atenção, da irreverência e da reflexão. Sem eles, todo o meu percurso certamente teria sido outro.

O sistema capitalista perpetua-se porque ele produz escravos a quem é inculcada, desde a infância, uma necessidade de segurança, que se traduz socialmente por uma fé absoluta nas instituições e na “verdade” do poder, de uma tal religiosidade que o sacrifício de si, a ideologia da renúncia à subjetividade e seus prazeres proibidos, a adoração mística do poder e o culto do chefe terminam por eliminar toda possibilidade autônoma de pensamento ou de ação. [...] Todo “pai do povo”, todo maníaco da dominação, apóia-se na mentalidade dos sujeitos, na sua necessidade infantil de recompensa, em seu masoquismo social. Toda ditadura, de direita ou de esquerda, tira sua legitimidade da “necessidade” de um povo em ser governado, em conformar-se a um modelo e ser manipulado como uma criança, ou ser adotado como uma criança. Burocratas que se dizem marxistas confiscam sistematicamente todo poder à “classe operária”, julgando que ela é incapaz de se emancipar, de se autogovernar, senão por intermédio de um partido que a substitua. O que faz funcionar a máquina capitalista senão a dialética do senhor e do escravo, fazendo-nos crer que eles se fabricam conforme um processo universal, eterno e divino?

Maurício Tragtenberg

Não é simples destruir mitos, e pode ser arriscado, quando eles estão encarnados em pessoas que vivem de os explorar. Mas sem isto não existe historiografia rigorosa nem, o que é mais importante, uma prática crítica.

João Bernardo

RESUMO

A presente monografia apresenta brevemente a perspectiva do marxismo heterodoxo conforme formulada por João Bernardo e analisa, através desta perspectiva, a evolução do quadro geral econômico-político venezuelano ao longo do século XX. A partir dessa análise procura-se identificar: as determinações de ordem conjuntural e estrutural que possibilitaram a irrupção do chavismo enquanto movimento político; e as determinações que permitiram a conversão desse movimento em regime de Estado. Como resultado dessa análise concluiu-se: que o desenvolvimento capitalista na Venezuela se constituiu pelo eixo determinante do petróleo, que configurou pólos de mais-valia relativa numa vasta área de mais-valia absoluta; que a partir do *Pacto de Punto Fijo* o Estado passou a organizar-se sob a forma de um corporativismo amplo, dominado pelas empresas transnacionais, que desarticulou a classe operária; que o chavismo surgiu e se organizou dentro de uma instituição que tratava de desorganizar os trabalhadores; e que esse movimento se converteu em regime de Estado devido a uma combinação de duas conjunturas, a saber, a manutenção do refluxo das lutas dos trabalhadores na Venezuela e a falência do sistema político-econômico conhecido por *Pacto de Punto Fijo*.

Palavras-chave:

1. Marxismo Heterodoxo
2. Venezuela
3. Chavismo

LISTA DE ABREVIATURAS

AD: Acción Democrática

COPEI: Comité de Organización Política Electoral Independiente

CTV: Confederación de Trabajadores de Venezuela

CVT: Confederación Venezolana de Trabajadores

Fedecámaras: Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela

FEV: Federación de Estudiantes de Venezuela

FALN: Fuerzas Armadas de Liberación Nacional

La Causa R: La Causa Revolucionaria

MAS: Movimiento al Socialismo

MBR-200: Movimiento Bolivariano Revolucionario 200

MEP: Movimiento Electoral del Pueblo

MIR: Movimiento de Izquierda Revolucionaria

NY&BC: New York and Bermúdez Company

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCV: Partido Comunista de Venezuela

PDN: Partido Democrático Nacional

PDVSA: Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima

UNE: Unión Nacional Estudiantil

URD: Unión Republicana Democrática

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Problemática.....	9
1.2 Objetivos.....	10
1.2.1 Objetivo geral.....	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	10
1.3 Metodologia.....	11
1.4 Estrutura da monografia.....	13
2 MARXISMO HETERODOXO.....	14
2.1 Lei do valor.....	15
2.2 Mais-valia relativa.....	17
2.3 Mais-valia absoluta.....	20
2.4 Articulação entre os regimes de exploração.....	22
2.5 Relações intercapitalistas.....	25
3 A GÊNESE DO CHAVISMO.....	31
3.1 Sobre o eixo constitutivo do petróleo.....	31
3.2 O estabelecimento do Pacto de Punto Fijo.....	40
3.3 Petróleos de Venezuela?.....	49
3.4 Entre o refluxo das lutas dos trabalhadores e a falência do puntofijismo.....	51
4 CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia se trata de uma primeira aproximação a uma crítica mais geral que se pretende fazer ao chavismo, este entendido como o movimento político e o regime de governo que se organizou em torno da figura de Hugo Rafael Chávez Frías. Para essa primeira aproximação, o objeto de estudo é a própria gênese do chavismo.

1.1 Problemática

De um ponto de vista estritamente anticapitalista, só há sentido em estudar um determinado movimento político ou regime de governo se a compreensão de um ou outro contribuir de alguma forma para a superação prática do próprio capitalismo. O fato de o capitalismo continuar a existir revela que o movimento anticapitalista se encontra em permanente crise e que as tentativas de superação desse modo de produção até o momento fracassaram. O entendimento destes fracassos facilita a compreensão dos problemas que atualmente se colocam à classe trabalhadora e permite que se resolvam algumas contradições do movimento operário. “A história não é conhecimento do passado, mas do presente. É a projeção negativa do presente. O passado surge-nos como um não-presente, por isso mesmo é função do presente, e nesta operação o presente compreende-se melhor a si próprio”¹.

O chavismo neste entendimento afigura-se como mais um dos tantos movimentos políticos que ao longo da história do capitalismo se situaram acima das classes e pretenderam conciliá-las. Todavia, os conflitos e antagonismos que dividem inconciliavelmente as classes não podem ser eliminados no capitalismo de outra forma que não aparentemente, mediante a utilização de símbolos e mitos. Na Venezuela, o bolivarianismo cumpriu e cumpre com eficácia a função de resolver aparentemente essa ambigüidade. No caso do chavismo, essa conciliação parece ter agradado a um certo grupo numeroso da esquerda latino-americana que deixou de preocupar-se com a emancipação da classe trabalhadora e o fim do capitalismo e

1 Bernardo, 1983, p. 2.

passou a lutar pela soberania nacional do continente. Mas a questão para a esquerda deveria ser a abolição do capitalismo e é por isso que uma crítica ao chavismo se faz tão necessária. Uma crítica que retorne à raiz dos problemas e coloque a questão em termos de classes sociais, analisando-a a partir da classe trabalhadora.

Como primeira aproximação a essa crítica, a presente monografia busca compreender o processo de gênese do chavismo ao responder às seguintes questões: Que estrutura estava a determinar o quadro geral político-econômico venezuelano à época do surgimento do chavismo? Quais foram os condicionantes que permitiram a irrupção e o desenvolvimento desse movimento político? Que razões levaram o chavismo e não um outro movimento a converter-se em regime de governo no final da década de 90? Qual função que o chavismo ocupou e ocupa na luta anticapitalista?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Definir e compreender as determinações mais gerais que possibilitaram o surgimento e desenvolvimento do chavismo na Venezuela.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar a perspectiva teórica do marxismo heterodoxo conforme formulada por João Bernardo;
- Analisar a particularidade da articulação entre a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta na Venezuela;

- Examinar em perspectiva histórica o relacionamento entre o Estado Amplo e o Estado Restrito venezuelano;
- Analisar brevemente o processo de nacionalização do petróleo e as implicações concretas dessa nacionalização à economia venezuelana.

1.3 Metodologia

Seções de metodologia na generalidade dos trabalhos de conclusão de curso de graduação cumprem uma função meramente decorativa. Dez linhas, ou quinze quando muito, bastam para atestar que se seguiu os manuais e as normas de técnicas de pesquisa – a exigência mínima da burocracia acadêmica. O caminho pelo qual trilha o pesquisador durante a construção de sua pesquisa, aquilo que comumente se chama método, esse raramente é apresentado. O requisito mínimo acadêmico, se não estabelece a obsolescência do método, cria a ilusão do rigor científico. Uma exposição dos procedimentos metodológicos pelos quais se estrutura uma pesquisa não é um mero exercício de empáfia intelectual, mas uma necessidade para qualquer produção que tenha a pretensão de ser crítica – e rigorosa nessa crítica.

Antes de prosseguir esta seção é conveniente alertar ao leitor de um fato já dado: não há análise científica de qualquer espécie que seja neutra, isto é, não há neutralidade axiológica. Todo paradigma científico é criterioso na determinação de variáveis e pressupostos e, portanto, atribui valor a determinados critérios e a outros não². Essa atividade racional, a atribuição de valores, está sempre condicionada às determinações sociais de uma época, sendo a expressão dos interesses mais diretos de uma dada classe social. Ora, nesse sentido, a ciência é criteriosamente ideológica.

Uma perspectiva teórica assente sobre a ótica da classe operária não poderia redundar num modelo teórico em que os trabalhadores não se lhe constituíssem como fundamento. O presente trabalho está estruturado a partir da concepção de que o todo social é repartido em posições opostas definidas no processo de produção de mais-valia, esta entendida como capacidade contraditória de ação da força de trabalho, ou seja, como capacidade de dispêndio

2 Tragtenberg, 2006, p. 262.

superior de tempo de trabalho desta em relação ao tempo de trabalho nela incorporado. Assim, as posições opostas são pressuposto e reproduzem esse posicionamento e a polarização social dá-se pelo não controle da forma de produção e apropriação do excedente por parte da força de trabalho. Dessa forma, as classes sociais definem-se nessa e em função dessa contradição. Elas relacionam-se contraditoriamente e porque assim se relacionam não expressam o todo, apesar de constituírem-se em decorrência deste. Da contradição interna ao processo de produção de mais-valia, que pressupõe e reproduz a polarização social, estrutura-se o todo³.

Apesar da força de trabalho ter a capacidade de, no processo de produção, despende um tempo de trabalho superior ao nela incorporado, este dispêndio nem sempre é efetivado. A capacidade de incorporação de tempo de trabalho no processo de produção é previamente indeterminada porque freqüentemente os trabalhadores recorrem a formas variadas e complexas de resistência e revolta que reduzem o tempo de trabalho incorporado ao processo produtivo. “Por isso deve afirmar-se, como regra sem exceção, que não há organização capitalista do processo de trabalho que não tome em conta estas formas de resistência e de revolta e que não se destine a eliminá-las ou assimilá-las”⁴. É dessa forma que se deve entender a luta de classes. Ela é a forma pela qual é estruturada a contradição interna do processo de produção de mais-valia, ou seja, é o cerne de todo o modelo.

Mais ainda, porque é previamente impossível determinar o tempo de trabalho incorporado ao processo de trabalho, o modelo de mais-valia aqui apresentado é, em grande parte, imprevisível, resultando num modelo aberto e desequilibrado, estruturado nas formas de luta de classes⁵. Em suma, a perspectiva teórica do marxismo heterodoxo parte de um *a priori*, a capacidade de ação exclusiva à classe trabalhadora no modo de produção capitalista, e de um pré-conceito, a exploração, que opõe contraditoriamente a sociedade em dois pólos constituídos no e em função do processo de produção.

Todo movimento político surge num dado quadro institucional e não é senão um conjunto de práticas em relação a práticas já estabelecidas. O caráter antagônico ou não desse relacionamento vai sempre ser determinado pelo fato dessas novas práticas romperem ou reproduzirem o quadro institucional vigente. Nessa perspectiva, a análise da gênese do chavismo demanda um prévio exame do quadro institucional donde esse movimento surgiu. Para elaborar este prévio exame recorreu-se a artigos, textos e notícias de periódicos e *sites*

3 Bernardo, 1991b, p. 61.

4 Ibid., p. 62.

5 Ibid., loc. cit.

eletrônicos, bem como a obras significativas de alguns autores que se debruçaram sobre a história venezuelana. Entretanto, a própria perspectiva do marxismo heterodoxo exige uma reinterpretação de fatos que muitos até então tinham por verdadeiros. Assim, ao realizar-se esse estudo da história venezuelana, acabou-se por efetuar o que Maurício Tragtenberg sabiamente chamou de “*uma interpretação e associação nova de idéias, fundadas em 'antigos' textos*”⁶.

1.4 Estrutura da monografia

A presente monografia está estruturada em quatro capítulos:

O primeiro capítulo consiste nesta introdução e apresenta o problema, os objetivos e o método que se seguiu na elaboração do trabalho.

O segundo capítulo apresenta brevemente a perspectiva teórica do marxismo heterodoxo conforme proposta por João Bernardo.

O terceiro capítulo examina a evolução do quadro geral econômico-político venezuelano e analisa, a partir desse exame, duas conjunturas: a que possibilitou o surgimento do chavismo enquanto movimento político; e a que permitiu a transformação desse movimento em regime de Estado.

Por fim, o quarto capítulo reúne as principais conclusões da pesquisa e apresenta as considerações finais do trabalho.

6 Tragtenberg, op. cit., p. 21. Grifo do autor.

2 MARXISMO HETERODOXO¹

Marxismo das relações de produção, ou marxismo heterodoxo, é o nome que comumente se tem dado à corrente ideológica dentro da tradição marxista que atribui à mais-valia o lugar central no modo de produção capitalista. E porque é a mais-valia a estruturar em contradição todo o modo de produção, sendo a produção já o lugar de socialização do que é produzido, é no nível das lutas sociais que esta corrente tem enraizado sua problemática. Mais especificamente, por concentrar suas atenções nas relações de produção – e por posicionar-se no campo prático da luta dos trabalhadores –, o marxismo heterodoxo é hostil a todas as formas de capitalismo. Assim, será sempre crucial para esta corrente a análise, em cada caso, da existência da exploração e das formas particulares de realização desta.

Há, como em tantos outros paradigmas teóricos, uma ortodoxia no marxismo. A esta corrente ideológica, que compreende quase a totalidade dos marxistas, tem-se chamado marxismo das forças produtivas. Grosso modo, essa corrente atribui ao mercado o lugar privilegiado de definição do capitalismo porque somente nele a mercadoria adquiriria seu caráter social. Não são poucos (e nunca o foram) os marxistas a considerar que o capitalista somente auferir seu lucro na anarquia do mercado e que, portanto, o planejamento seria uma prática socialista. Assim, relegada a produção a segundo plano e sendo o mercado, espaço do acaso e do arbitrário, o lugar por excelência de realização da mais-valia, prosperaram as teses que consideraram o planejamento o ponto chave da ruptura com o capitalismo. O “sistema de organização das empresas, as técnicas de gestão, a disciplina da força de trabalho, a maquinaria, embora nascidos e criados no capitalismo, fundamentariam a sua ultrapassagem e conteriam em germe as características no futuro modo de produção”².

Teoricamente distintas, as duas correntes decorrem de campos de práticas sociais antagônicas e, portanto, expressam a oposição prática de classes sociais antagônicas³. Nas seções seguintes serão apresentados e desenvolvidos alguns mecanismos desse modelo de

1 Este capítulo se trata de uma breve apresentação, em verdade uma revisão bibliográfica, do marxismo heterodoxo conforme formulado por João Bernardo. Utilizou-se aqui basicamente *Para uma teoria do modo de produção comunista* e *Economia dos conflitos sociais* (notadamente a seção A do primeiro e as seções 2, 3, 4 e 7 do último livro) e acessoriamente *Capital, Sindicato, Gestores; Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores* e *Labirintos do Fascismo*.

2 Bernardo, 1991b, p. 310.

3 Para uma melhor definição dessas duas correntes no marxismo, ver *ibid.*, p. 309-315.

mais-valia assente no marxismo heterodoxo.

2.1 Lei do valor

A explicação do capitalismo formulada pelo proletariado deriva de uma opção prática imediata, que não decorre de deduções ou corolários. Sob a ótica dos trabalhadores, a exploração ocupa o lugar central no modo de produção capitalista, constituindo-se o campo único de definição deste. Assim, a formulação central em qualquer modelo de mais-valia, de que o “tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despende no processo de produção”⁴, é fruto de relações sociais muito precisas, que estabelecem na produção duas classes sociais antagônicas. A mais-valia, enquanto desenvolvimento teórico do conceito de exploração, é, portanto, a representação ideológica imediata da prática social dos trabalhadores em luta e tem na lei do valor a sua formalização lógica generalizada⁵. A lei do valor estabelece como valor o tempo de trabalho incorporado em um produto e, mais que isso, estabelece esse critério como o critério específico do modo de produção capitalista.

Quando todo o processo econômico assenta em relações sociais que se constituem na incorporação num produto de um tempo de trabalho superior ao tempo de trabalho incorporado no produtor, ou, mais precisamente, quando esse defasamento é o centro da dinâmica, então o problema do tempo de trabalho aparece para o produtor como o problema central e a lei que rege a função desse tempo de trabalho na produção constitui-se como a lei central do modo de produção. Só nessas relações sociais, só por elas e só pelas perspectivas particulares de um dos campos dessas relações é que o tempo de trabalho como explicação do funcionamento da economia desempenha um papel. A lei desse papel específico, a lei do valor, tem a sua vigência condicionada pela validade e pela perspectiva do seu objeto⁶.

Mas, como prossegue João Bernardo,

ao definir-se valor como tempo de trabalho incorporado num produto, não se

4 Ibid., p. 15.

5 Id., 1975, p. 17.

6 Ibid., p. 16.

supõe uma definição reificada. O valor só se mantém enquanto o produto se integra no processo de produção, em novos ciclos produtivos. O valor não é algo inerente a um bem material ou a um serviço útil, mas o resultado de uma relação social, enquanto ela vigorar. Por isso o valor de um dado bem ou serviço é o tempo de trabalho médio incorporado nos seus congêneres, qualquer que seja o tempo de trabalho incorporado em um congênere em particular⁷.

Assim, o valor assume uma existência histórica e mutável, definida por dadas relações sociais, num determinado tempo e espaço. A lei do valor, enquanto lei que rege o capitalismo, é uma lei de tendência, o que significa que “rege tanto o modo de produção como o desenvolvimento desse modo de produção, determinando-lhe na estrutura a própria mecânica do seu desenvolvimento”⁸. Nesta dupla determinação, a primeira determina a própria exploração, ou seja, a estrutura do modo de produção capitalista; e a segunda, as condições para a realização da exploração, quer dizer, o desenvolvimento do próprio modo de produção. Numa formulação geral dessas duas determinações, pode-se dizer que o valor é determinado: pelo tempo de trabalho incorporado no produto; e pelo tempo de trabalho médio necessário à generalidade das empresas para a produção do produto⁹.

Da segunda determinação da lei do valor apreende-se uma conclusão importante que será mais bem desenvolvida nas seções seguintes: o caráter social do modo de produção capitalista é definido já no processo de produção. Ao definir-se valor como o tempo de trabalho médio necessário à generalidade das empresas, está-se considerando, desde já, a integração entre as unidades de produção. “A segunda determinação da lei do valor constitui-se na relação generalizante das unidades de produção particulares”¹⁰. A lei do valor, no marxismo heterodoxo, estabelece o caráter social do que é produzido no nível onde se desenrola a exploração, ou seja, no processo de produção. A exploração assim, em conclusão,

reside no fato de o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho ser menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho incorpora no produto; a exploração realiza-se na incorporação no produto de tempo de trabalho menor do que aquele que é geralmente incorporado naquele estágio das forças produtivas. É a lei do valor, nesta dupla determinação, que rege a exploração e a sua realização, o modo de produção capitalista e o seu desenvolvimento¹¹.

Por fim, a lei do valor constitui-se como lei do modo de produção quando assimila a si

7 Id., 1991b, p. 98.

8 Id., 1975, p. 13.

9 Ibid., p. 15-22; 1991b, p. 220.

10 Id., 1975, p. 23.

11 Ibid., p. 20.

todos os aspectos do capitalismo. A partir daí passa a ser “lei da fisionomia do modo de produção”. Ou, de outra maneira, a “passagem da lei como efeito da realidade para a realidade como efeito da lei é o período de constituição de um sistema. [...] Ela começa por ser a própria lei da constituição do modo de produção que a determinou”¹². E então a lei do valor passa a reger a realização do capitalismo nas suas diferentes formas. Em outras palavras, as diferentes formas de capitalismo são igualmente regidas pela lei do valor. A derrota do capitalismo não consiste na ruptura de uma dessas formas, mas na ruptura de todas as formas, no fim da vigência da lei do valor.

2.2 Mais-valia relativa¹³

A capacidade que a força de trabalho tem de despende, durante o processo de produção, tempo de trabalho superior ao que incorpora a si não significa que sempre o faça, nem que o faça de maneira previsível. De fato, é impossível determinar previamente o tempo de trabalho incorporado ao produto uma vez que, freqüentemente, a força de trabalho recorre às mais variadas e complexas formas de resistência e revolta, reduzindo, por conseguinte, o tempo de trabalho incorporado na produção. Em oposição a isso os capitalistas buscam ampliar e garantir a efetivação dessa capacidade de produzir valor, respondendo com a eliminação ou a assimilação daquelas formas de resistência e revolta¹⁴. Desse antagonismo resulta, nas suas mais variadas configurações, a luta de classes, forma através da qual se estrutura o processo de produção de mais-valia e, conseqüentemente, o modo de produção capitalista.

De maneira geral, pode-se dizer que os trabalhadores, em suas variadas formas de resistência e revolta, quando não pretendem a abolição do capitalismo, aspiram a duas grandes reivindicações: a) aumentar a incorporação de bens materiais e institucionais (serviços) a si; e b) reduzir o tempo de trabalho despendido no processo de produção. A essas reivindicações os capitalistas podem responder (e fazem-no) de variadas formas. Enquanto organizadores do

12 Ibid., p. 46.

13 Uma exposição extensa do assunto tratado nesta e nas duas seções seguintes encontra-se em id., 1991b, p. 63-154.

14 Ibid., p. 62.

processo de produção, os capitalistas procuram manter e ampliar a defasagem dos tempos de trabalho incorporados nos dois pólos do sistema¹⁵. Para tanto, recorrem à repressão das lutas empreendidas pelos trabalhadores.

Como já dito anteriormente, essa repressão pode-se dar sob a forma de eliminação ou assimilação do conflito, ou, em outras palavras, de forma absoluta ou relativa. A forma absoluta de repressão nunca é uma estratégia eficiente em longo prazo porque se torna excessivamente custosa num ambiente como o do capitalismo, em que a luta de classes é suscitada permanentemente no processo de exploração. É a forma relativa de repressão, a da concessão às reivindicações¹⁶ e às pressões dos trabalhadores, a única estratégia eficaz para os capitalistas em longo prazo¹⁷. Dessas duas formas gerais de repressão, configuram-se dois regimes distintos de exploração: o regime de mais-valia relativa e o regime de mais-valia absoluta.

À forma geral que privilegia a solução do conflito via assimilação das reivindicações dos trabalhadores corresponde o regime de mais-valia relativa. Na concessão a essas reivindicações os capitalistas não somente mantêm, como ampliam as taxas de exploração a que submetem os trabalhadores. Essa resposta dá-se através da reorganização do processo produtivo e/ou da inovação tecnológica levando a aumentos da produtividade, articulada com a incorporação destes ganhos de produtividade na reprodução da força de trabalho¹⁸. É um duplo mecanismo portanto: aumento da produtividade (redução do valor por unidade produzida) e incorporação desta produção desvalorizada na força de trabalho¹⁹. Dessa forma, conseguem os capitalistas aumentar e intensificar a exploração mediante a melhora das condições materiais da classe trabalhadora²⁰.

Não é de outra maneira que deve ser visto o desenvolvimento econômico no capitalismo. Ele é o desenvolvimento das formas de produção de mais-valia que se configuram em regime de mais-valia relativa. Desenvolvimento econômico significa, então, a

15 O tempo de trabalho incorporado na força de trabalho e o tempo de trabalho incorporado no produto.

16 Que fique claro que esta concessão é a que convém aos capitalistas. Como ficará evidente mais à frente, a assimilação é uma estratégia que tende a agravar a exploração. Não se trata de dar os anéis para não perder os dedos, mas, de uma forma mais trágica, dar alguns anéis reforçados em grilhões.

17 Ibid., p. 66.

18 Isso também leva a uma redefinição de progresso tecnológico. No capitalismo ele nunca é neutro porque é a resposta dos capitalistas ao conflito social, que reconfigura os instrumentos e a organização do processo de trabalho. É uma função do capital, portanto.

19 Obviamente este mecanismo só tem efeito pleno quando o aumento da produtividade generaliza-se aos setores produtores dos artigos que a classe trabalhadora incorpora a si para sua reprodução.

20 Essa situação é só aparentemente paradoxal. Os trabalhadores não reivindicam aumento do tempo de trabalho incorporado a si, mas sim aumento dos bens que utilizam para sua reprodução.

intensificação da exploração através da mais-valia relativa. Ou de outra forma, é a assimilação e recuperação dos conflitos o eixo do desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista.

Num sistema global, no entanto, os mecanismos da mais-valia relativa não se restringem a uma assimilação *a posteriori* e localizada. A possibilidade mínima de ocorrência de um conflito é já suficiente para acionar esses mecanismos. Quer o conflito se tenha deflagrado em outro lugar, quer ainda não se tenha desencadeado, a antecipação estancará os seus efeitos. Em correspondência praticamente direta com essa estratégia capitalista, um grupo de profissionais tem-se notabilizado ao longo da história do capitalismo na antecipação dos conflitos sociais: a burocracia sindical. Especializando-se na gestão do conflito entre trabalhadores e capitalistas, preferindo a negociação à deflagração de lutas, passando a antecipar as reivindicações dos trabalhadores, a burocracia sindical converge na prática com a classe capitalista. A passagem da representação para a mediação corresponde, assim, no plano da prática, à passagem da burocracia sindical aos quadros capitalistas²¹. Na medida em que perpetua e amplia o sistema que extorque mais-valia dos trabalhadores, enquadrando-os na disciplina da empresa, a burocracia sindical está a exercer a função que se espera daqueles que têm o tempo de trabalho alheio em mãos²².

Um modo de produção é histórico e no seu tempo de existência deve garantir a perpetuação e ampliação das estruturas que o fundamentam. No capitalismo é essencial que se reproduza o antagonismo social estabelecido no processo produtivo. A força de trabalho, como um dos pólos deste antagonismo, necessita, além de reproduzir-se a si todos os dias, produzir uma nova geração de força de trabalho que a irá substituir futuramente. Se no capitalismo a relação entre as classes é dada de maneira globalizada e essa relação configura o próprio capitalismo, então a produção da força de trabalho não é exterior a esse modo de produção: “É enquanto trabalhador explorado que o trabalhador produz força de trabalho e esta, enquanto produto, incorpora o tempo de trabalho despendido pelos seus produtores e, portanto, incorpora mais-valia. Trata-se de uma produção de trabalhadores por meio de trabalhadores”²³. Nesta produção, conseqüentemente, atuam os regimes de exploração.

Em linhas muito gerais, sob regime de mais-valia relativa as novas gerações de trabalhadores em produção passam um tempo considerável em instituições especializadas de

21 “Gerir é, antes de mais, gerir o trabalho realizado pela classe proletária. É esse o fundamento da gestão e daí decorrem todos os seus aspectos técnicos”. Id, 1987, p. 55.

22 Id., 1991b, p.80.

23 Ibid., loc. cit.

formação, incorporando aí mais-valia superior àquela já incorporada pela geração que lhe produz. Não é o objetivo deste texto analisar os mecanismos pelos quais se opera essa produção²⁴, mas somente levantar a existência e a importância desta produção para o próprio desenvolvimento capitalista. Essa nova geração de força de trabalho, porque tem mais tempo de trabalho incorporado a si, é mais qualificada que a geração anterior. A qualificação aqui traz a idéia de trabalho complexo. Ora, o trabalho complexo consiste na capacidade de, num mesmo período de tempo, despende tempo de trabalho superior ao possível de ser despendido no trabalho simples. Então as novas gerações, assim que entrarem no processo de produção, passarão a despende tempo de trabalho superior ao outrora despendido. Ao longo das sucessões de gerações em sistema de mais-valia relativa, esse sistema tende a acentuar-se. Os ganhos de produtividade articulam-se com a entrada de gerações cada vez mais qualificadas, agravando mais ainda a exploração. É nessa articulação, de aumento da produtividade e redução dos valores dos bens incorporados na força de trabalho, com a sucessão de gerações mais qualificadas, que reside o segredo da mais-valia relativa e do agravamento *ad infinitum* da exploração.

2.3 Mais-valia absoluta

Quando os capitalistas, por desfavorecimento na repartição global da mais-valia, têm dificuldades em continuar a estratégia de recuperação das lutas dos trabalhadores, recorrem à repressão absoluta, ao confronto direto e sistemático contra a classe operária. Dessa repressão aberta, sem assimilação das pressões e reivindicações, decorrem os mecanismos da mais-valia absoluta²⁵.

O regime de mais-valia absoluta impõe-se, deste modo, a grupos de trabalhadores sistematicamente derrotados e desmoralizados, implicando, como no outro regime, o aumento da exploração. Ainda que o objetivo de agravar a exploração através do crescimento relativo do trabalho excedente sobre o trabalho necessário seja idêntico nos dois regimes, no de mais-valia absoluta esse agravamento dá-se de maneira direta²⁶. Recorre-se a um prolongamento do

24 Uma análise interessantíssima destes mecanismos pode ser encontrada em *ibid.*, p. 79-101.

25 *Ibid.*, p. 102.

26 No sistema de mais-valia relativa o agravamento da exploração é indireto, dá-se pela redução do tempo de

tempo de trabalho despendido (um aumento do valor incorporado) durante o processo produtivo, ou a uma redução dos bens incorporados na força de trabalho, ou, ainda, às duas estratégias simultaneamente. Apela-se a isto sem a contrapartida dos ganhos de produtividade.

O prolongamento do tempo de trabalho despendido pode operar-se por meio da extensão dos limites da jornada de trabalho ou pela intensificação desta jornada²⁷. Há um agravamento da exploração sem um aumento da produtividade. Os capitalistas que operam sob esse sistema procuram garantir suas posições de exploradores da força de trabalho através do desgaste sucessivo da própria força de trabalho, podendo até configurar-se a situação em que as remunerações dos trabalhadores sejam inferiores ao socialmente aceito. Nesta situação, os trabalhadores são obrigados a buscar sustento por meio do desenvolvimento de formas de trabalho exteriores ao capitalismo²⁸, notadamente recorre-se às formas arcaicas de agricultura. Assim, em regiões onde predominam os mecanismos da mais-valia absoluta, quando as remunerações são inferiores ao que é socialmente aceito ou ao limite do fisiologicamente possível, torna-se necessária uma reserva social extracapitalista para mantê-las.

No regime de mais-valia absoluta, porque não há assimilação e recuperação das pressões e reivindicações dos trabalhadores, ocorre estagnação dos sistemas de trabalho e da tecnologia. Além disso, os novos trabalhadores tendem, para aumentar a remuneração familiar, a entrar mais cedo na esfera da produção. Outra situação daí decorrente é o grande número de filhos das famílias submetidas à mais-valia absoluta, necessários para aumentar as chances de sobrevivência da família. Isso faz com que, predominantemente, seja – e por pouco tempo – o âmbito doméstico o lugar de sua formação. Assim, as novas gerações de trabalhadores não incorporam a si, durante sua formação, mais valor que as anteriores, não sendo, portanto, mais qualificadas que as anteriores. Daí resulta, pela perpetuação da estagnação²⁹ da qualificação das sucessivas gerações, um reforço do próprio regime de exploração. Na mais-valia absoluta, seja através da produção ou reprodução da força de trabalho, impera a estagnação e por meio dela o capitalismo é incapaz de expandir-se³⁰.

trabalho incorporado na força de trabalho através dos ganhos de produtividade e pelo aumento do tempo de trabalho despendido na produção com a sucessão das gerações de trabalhadores.

27 O efeito de prolongar a jornada de trabalho é idêntico sob as duas formas. A intensificação (a redução da *porosidade*) da jornada de trabalho amplia o tempo de trabalho despendido no processo, da mesma maneira que a extensão dos seus limites o faz.

28 *Ibid.*, p. 105.

29 Isso quando não ocorre uma redução dessa qualificação, resultando num desgaste da força de trabalho ainda superior.

30 *Ibid.*, p. 107.

2.4 Articulação entre os regimes de exploração

A luta de classes não se dá, como já dito na segunda seção deste capítulo, de forma única e simplificada. Nem os trabalhadores em suas várias lutas, nem os capitalistas com a repressão, atuam de forma completamente homogênea. Pelo contrário, as duas classes relacionam-se na produção através de várias e complexas formas. Os regimes de exploração, portanto, não operam de maneira isolada, mas numa articulação de múltiplas combinações. E, então, qualquer “tentativa de explicação de cada uma das situações concretas existentes (...) tem de articular, de uma forma específica, os mecanismos da mais-valia relativa e os da absoluta”³¹.

São várias as formas com que se articulam os dois sistemas de exploração. Desde sua forma mais estreita, realizada no mesmo processo de produção, através da articulação dos ganhos de produtividade com a intensificação da jornada, até formas mais amplas, onde a articulação dos sistemas, no interior de processos produtivos integrados, configura, em nível global, uma divisão geográfica da produção.

O desenvolvimento da mais-valia relativa tende a descartar as antigas gerações de trabalhadores, substituídas pelas mais novas e qualificadas, dos processos que exigem maior qualificação. A essa força de trabalho refugada restam os trabalhos mais simples e, por isso, mais sujeitos à mais-valia absoluta³². No interior de processos de produção integrados, este mecanismo faz com que as maiores empresas, por ocuparem já uma posição privilegiada, concentrem os mecanismos da mais-valia relativa e, por isso, releguem às empresas subcontratadas os mecanismos da mais-valia absoluta. Esta articulação dos regimes de exploração tem importantes repercussões para os trabalhadores.

Por um lado, a divisão do setor em unidades econômicas que operam em sistemas de exploração distintos também divide a força de trabalho em formas distintas de organização. Os trabalhadores das empresas que operam em sistema de mais-valia relativa organizam-se em sindicatos próprios, muitas vezes organizados pelas próprias empresas, enquanto os outros trabalhadores, quando se organizam, fazem-no sob um ambiente notadamente repressivo.

Por outro lado, o processo de concentração e acumulação do capital tende a centrar-se,

31 Ibid., p. 112.

32 Nos trabalhos mais simples há abundância de força de trabalho e, conseqüentemente, o nível salarial declina. Nessa situação as pressões e reivindicações dos trabalhadores tornam-se reduzidas ou ausentes e, portanto, a inserção ao regime de mais-valia absoluta fica facilitada.

pelos próprios mecanismos do desenvolvimento econômico, naquelas empresas onde prevalece a mais-valia relativa. Esse mesmo processo tem um segundo efeito, que o reforça: afasta do processo de concentração, para facilitar seu ritmo de crescimento, aquelas unidades econômicas em que os mecanismos da mais-valia absoluta prevalecem. Assim, nesta cisão entre as unidades econômicas, também vai operar-se uma cisão na força de trabalho. Os trabalhadores capazes de executar um trabalho mais complexo mantêm-se seguramente empregados e continuamente explorados nas grandes empresas. Aos outros trabalhadores resta o instável emprego nas empresas subcontratadas, mais suscetíveis ao grande jogo dos planos empresariais.

Mas é ao nível global que a articulação da mais-valia relativa com a absoluta tem seus efeitos mais amplos. É nessa articulação globalizada que se determina geograficamente a divisão da produção no capitalismo, a partição do ambiente onde se realiza a exploração. Em outras palavras, no nível mais geral da articulação da mais-valia relativa com a absoluta vão definir-se o próprio espaço do capitalismo e as formas possíveis de articulação dos regimes de exploração em suas diferentes regiões e épocas. No caso específico desse estudo, os mecanismos mais gerais da articulação entre os regimes de exploração serão detalhados em seção específica do próximo capítulo. Importante agora é destacar que a articulação dos regimes em nível global determina, nesse nível, regiões com predomínio específico de um sistema de exploração; e que nessa divisão se sucede uma outra – a que interessa aqui –, a da própria força de trabalho.

Assim, grosso modo e deixando para depois uma análise mais particular, no desenrolar do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, na articulação dos sistemas de exploração, estabeleceram-se regiões de predomínio de cada um desses sistemas. Essa articulação, entretanto, sobrepõe-se em diversos níveis espaciais. E os regimes de exploração, portanto, não se realizam de forma pura, mas coexistem numa mesma região. Seja nos modernos guetos de mais-valia absoluta às margens das regiões de mais-valia relativa, seja nos pólos de mais-valia relativa inseridos nas vastas áreas onde predomina a mais-valia absoluta, articulam-se ambos sistemas. É, pois, essa dualidade geoeconômica que configura atualmente o modo de produção capitalista.

A dualidade reflete-se nos trabalhadores, tendo sua expressão na forma que cada grupo de operários se percebe. A força de trabalho, separada em grandes grupos submetidos cada um a um regime de exploração, encontra-se num alheamento recíproco. Esse alheamento

expressa-se na não-percepção, por parte do coletivo dos trabalhadores, de comungarem da mesma situação de explorados. De tal forma que cada grupo isolado tem uma percepção distinta de si e do grupo submetido ao outro sistema, quer dizer, trabalhadores das regiões de mais-valia absoluta e trabalhadores das regiões de mais-valia relativa percebem-se, ao outro e a si, de maneira distinta. Essa falsa percepção vai refletir-se na confusão entre consumo material e exploração.

Por um lado, os trabalhadores submetidos à mais-valia relativa podem confundir um acréscimo do seu consumo material com um aumento do consumo em valor. Porém, como já visto na segunda seção desse capítulo, é precisamente por esse acréscimo material que os capitalistas conseguem agravar a exploração. Os trabalhadores nesse sistema “tendem a atribuir uma conotação positiva à melhoria da sua situação material”. Na ambigüidade desta falsa percepção vão fundamentar-se as ideologias através das quais “os capitalistas procuram – e tantas vezes conseguem – fazer crer aos trabalhadores que estes se beneficiam do desenvolvimento econômico”³³.

Por outro lado, nas áreas da mais-valia absoluta os trabalhadores, porque materialmente miseráveis, vão julgar-se mais explorados³⁴ que os submetidos à mais-valia relativa. Ora, a miséria ocasionada pela exploração não é material, mas social. Não é o baixo nível de consumo que determina a classe explorada no capitalismo, mas a posição que ocupa, a função que cumpre, na produção. Essa falsa percepção da exploração fundamentará, no interior da classe operária, outras formas de ambigüidade, que se reúnem em dois mitos gerais: “aristocracia proletária” e “nação proletária”.

Confundir consumo em valor com consumo material implica, também, considerar que um aumento do consumo material faz diminuir a exploração. Nisto reside o mito da “aristocracia proletária”. Assim, os trabalhadores inseridos na mais-valia relativa seriam menos explorados, partilhando até parte dos lucros com os capitalistas, e, com isso, constituindo-se também como exploradores.

Ao mesmo tempo que consideram que os trabalhadores em mais-valia absoluta são os mais – ou os únicos – explorados, afirmam que os capitalistas sediados nos países mais industrializados mantêm aí o elevado nível de consumo material graças a capitais que retiram da área da mais-valia absoluta, precisamente

33 Ibid., p. 132.

34 Conforme visto na seção sobre mais-valia relativa, é neste regime que a exploração tende a ser maior. O agravamento da exploração mediante os ganhos de produtividade é teoricamente ilimitado, ao contrário do que se passa na mais-valia absoluta.

daquela onde a taxa de exploração seria alegadamente superior³⁵.

Espelho inverso da “aristocracia proletária” e de conseqüências históricas mais marcantes é o mito fascista da “nação proletária”. Incluem-se aqui as variadas formas de alianças, pontuais ou não, entre os trabalhadores e capitalistas submetidos à mais-valia absoluta. Conciliar os interesses sociais radicalmente antagônicos sob o manto, espesso ou não, do nacionalismo contra a opressão das nações exploradoras, subvertendo a luta de classes para uma luta entre nações, é essa a chave do mito da “nação proletária”. E também a chave para entender-se por que uma estratégia ineficaz em longo prazo, como a mais-valia absoluta, consegue prolongar-se. Não é só de repressão declarada que vivem essas áreas, mas também do eterno retorno das demagogias populistas.

A prática resultante dessas falsas percepções só reforçará a dualidade geoeconômica. Ao não se constituírem enquanto coletivo, os trabalhadores, alheios a si, empreenderão lutas isoladas, reforçando sua situação dentro de cada regime de exploração. Se o desenvolvimento do modo de produção capitalista se configura atualmente nessa divisão por regiões hegemônicas de mais-valia, que dividem os trabalhadores, a resolução positiva dessa situação passa, obrigatoriamente, pela unificação das lutas dos trabalhadores sob ambos regimes de exploração.

2.5 Relações intercapitalistas

Ao longo deste capítulo tem-se empreendido uma breve apresentação do modelo de mais-valia conforme proposto por João Bernardo. Evidente está que esta apresentação não é o modelo em sua plenitude, mas apenas um seu esboço. Porém, não é o objetivo deste trabalho apresentar esse modelo de forma plena e precisar-se-ia de mais que uma monografia para fazê-lo. Tal feito, entretanto, seria, já de partida, dispensável; aí está *Economia dos Conflitos Sociais* como consulta mais que suficiente. Mas esse esboço tampouco se encontra completo. Até aqui, com a exceção da última parte da seção anterior, somente se tratou das formas de relação que ocorrem entre trabalhadores e capitalistas. Não será possível, todavia, prosseguir

35 Ibid., p. 131.

essa análise sem compreender como se dá o relacionamento interno às classes. Esta seção tratará de examinar de forma abreviada o relacionamento intercapitalista, bem como as instituições daí resultantes.

O processo de produção de mais-valia não exige somente a existência de dadas relações sociais para realizar-se, demanda também, simultaneamente, condições gerais para essa realização. Regressando à lei do valor, se a primeira determinação estabelece o antagonismo social na produção, a segunda determina a integração das unidades de produção para realização desse antagonismo. Assim, integrado desde sua constituição como modo de produção dominante, o capitalismo não é um conjunto de unidades de produção individualizadas. Mais que isso, só integrado desde sempre a essas condições gerais que o capitalismo se pôde efetivar como sistema dominante.

Nesta estrutura integrada é que se define a classe capitalista. As classes sociais definem-se na produção, em função da posição que cada uma ocupa no processo produtivo. Enquanto detentores do controle sobre a produção, os capitalistas dividem-se entre aqueles que se situam nos processos particulares de produção e aqueles que estão distribuídos nas unidades econômicas de relacionamento com o processo global. Aos primeiros denomina-se burgueses, aos últimos gestores.

A direção individualizada do processo de trabalho e a apropriação da mais-valia graças ao direito de propriedade particular caracterizam a classe burguesa, enquanto a classe dos gestores controla os processos de trabalho de maneira coletiva e o seu direito à apropriação da mais-valia tem origem no status e deve-se à cooptação no âmbito dos organismos dirigentes³⁶.

As condições gerais de produção correspondem ao campo “em que as relações sociais de produção se articulam com a sua realização material”³⁷. Abrangem as instituições de ensino e pesquisa, os sistemas de transporte, energia e comunicações, as instituições repressivas, o urbanismo, a publicidade³⁸. São essas condições que possibilitam a propagação dos aumentos de produtividade e, com isso, o desenvolvimento da mais-valia relativa. Em outras palavras, é o nível de acesso a essas condições que vai determinar as possibilidades de recorrer-se aos mecanismos que deflagram a mais-valia relativa. Assim, no modo de produção capitalista é mister a manutenção das condições gerais de produção. E as relações intercapitalistas decorrem da necessidade dessa manutenção.

36 Id., 2003, p. 26.

37 Id., 1991b, p. 158.

38 Ibid., p. 159-61.

Deste modo definidos os termos, pode-se reformular o já dito. Afirmar que a capacidade de se recorrer aos mecanismos da mais-valia relativa está diretamente relacionada à posição que cada capitalista ocupa em relação às condições gerais de produção significa também sustentar que a distribuição da própria mais-valia está condicionada a essa configuração. É o que já se declarou na seção sobre a mais-valia absoluta: que a essa estratégia os capitalistas recorrem quando desfavorecidos na repartição da mais-valia. Mas como ocorre essa repartição de mais-valia?

O processo de produção relaciona duas classes em contradição. É imperativo ler exatamente isso. Não há qualquer tipo de relação econômica entre um capitalista particular e os trabalhadores que se relacionam juridicamente a ele através do salário. Há, bem verdade, um relacionamento técnico entre um grupo de trabalhadores e o local onde produzem, mas é ao nível da produção que “a relação existe entre os produtores como classe e os capitalistas como classe”³⁹. Não existindo essa relação econômica particular entre um capitalista e os trabalhadores que ele assalaria, pode-se afirmar que esse capitalista não se apropria da mais-valia produzida por estes trabalhadores. Economicamente, a mais-valia produzida pelo coletivo dos trabalhadores no processo produtivo é apropriada pelo coletivo dos capitalistas e só depois distribuída entre os capitalistas particularmente considerados. Esta definição tem implicações muito importantes na compreensão de alguns mecanismos.

Em primeiro lugar, ela inverte a definição usual do marxismo de que os capitalistas se apropriariam da mais-valia produzida em seus domínios e só depois a socializariam no mercado. A socialização ocorre já na produção, pelo relacionamento direto entre o coletivo dos trabalhadores com o coletivo dos capitalistas. “A estrutura da mais-valia encontra, portanto, o fundamento do seu caráter global na estrutura globalizante da extorsão da mais-valia”⁴⁰.

Decorrente disso, em segundo lugar, depois de apropriada pelo coletivo dos capitalistas, a mais-valia é repartida por meio da concorrência intercapitalista. Nesse mecanismo são favorecidos aqueles capitalistas que melhor se relacionam com as condições gerais de produção, ou seja, aqueles que conseguem com isso deflagrar os mecanismos da mais-valia relativa. Esses capitalistas, pela posição ocupada, conseguem apropriar-se individualmente de uma porção maior de mais-valia do que aquela apropriada pelos capitalistas da mais-valia absoluta. Assim, é, em última análise, a forma de realização da

39 Id., 1975, p. 23.

40 Id., 1991b, p. 223.

exploração que define a eficácia dessa exploração.

Deste modo, a desigualdade encontrada em escala mundial é determinada fundamentalmente pelas condições de exploração de cada região, pela articulação da mais-valia relativa com a absoluta. Na seção anterior discorreu-se sobre as falsas percepções da dualidade geoeconômica. Há aqui, na não-percepção do mecanismo de repartição de mais-valia, mais uma dessas falsas percepções.

Quando se considera que cada capitalista se apropria da mais-valia produzida nas instalações onde é juridicamente proprietário, também se está considerando que, na desigual distribuição da mais-valia em escala global, alguns capitalistas se apropriariam de parte da mais-valia de outros, sendo os únicos responsáveis pela exploração. Daqui decorrem as ideologias anti-imperialistas, que são a expressão política dos capitalistas desfavorecidos na repartição, ou seja, dos capitalistas que operam sob mais-valia absoluta. Deste modo, apesar da referência real de que parte da mais-valia produzida em regiões de mais-valia absoluta reverte-se às regiões da mais-valia relativa, encobre-se a questão fundamental: “a desigual distribuição da mais-valia pode operar unicamente porque os trabalhadores nos setores e regiões menos produtivos são explorados em sistemas promovidos precisamente por aqueles capitalistas retrógrados”⁴¹.

E essa interpretação ambígua não se restringe apenas à generalidade dos marxistas. De igual maneira equivocam-se os desenvolvimentistas nas suas análises.

Numerosíssimos economistas pretendem que é esta drenagem de capitais, a partir das áreas economicamente mais atrasadas e em direção àquelas onde impera maior produtividade, a causa das situações de atraso e de dualidade. Afirmo aqui exatamente o contrário. Os setores menos produtivos não o são porque deles tenha fugido uma parte substancial do capital que geraram. A ordem dos fatores é inversa e é porque as condições de exploração em mais-valia absoluta não garantem uma suficiente taxa de reprodução do capital que esse regime não atraia sequer a totalidade dos lucros que nele se originam. Como são as condições sociais reinantes nestes países que levam à drenagem para o estrangeiro de boa parte dos lucros, é para as classes dominantes locais que deveriam antes de tudo apontar o dedo acusador os economistas desenvolvimentistas – e o fariam se não fossem, na maioria dos casos, filhos dessas mesmas classes dominantes⁴².

Ao campo onde se dá o relacionamento intercapitalista chama-se Estado. Esta definição, porém, é muito mais ampla que a usual e não se refere somente ao clássico sistema

41 Ibid., p. 222.

42 Ibid., pp. 128-9.

de poderes. Estado não é apenas um conjunto de instituições reunidas a serviço das classes dominantes, nem somente um aparelho de opressão política contra os trabalhadores. Compõem o Estado o aparelho clássico de poderes e um outro aparelho de poder muito mais vasto: as empresas. No corrente texto, ao sistema clássico de poderes chamar-se-á Estado Restrito. Restrito, numa precisão do termo, do ponto de vista das relações entre capitalistas:

Apenas sob o estrito ponto de vista das relações entre capitalistas, o Estado pôde se reduzir ao sistema de poderes classicamente definido [...]. Os parâmetros da organização do Estado Restrito definem-se pelos casos-limite da acumulação de capital sob forma absolutamente centralizada, e temos então a ditadura interna aos capitalistas, ou sob forma dispersa, isto é, quando existe uma pluralidade de pólos de acumulação, e temos então a democracia interna aos capitalistas. A organização do Estado Restrito depende, em suma, do processo de constituição das classes capitalistas⁴³.

Se o Estado é o aparelho de poder das classes dominantes, então, sob o ponto de vista dos trabalhadores, esse aparelho inclui as empresas. Dentro de cada empresa, “os capitalistas são legisladores, superintendem as decisões tomadas, são juizes das infrações cometidas, em suma, constituem um quarto poder, inteiramente concentrado e absoluto”⁴⁴, tão amplo quanto o são as classes dominantes.

O Estado Amplo é constituído pelos mecanismos da produção de mais-valia, ou seja, por aqueles processos que asseguram aos capitalistas a reprodução da exploração. Os parâmetros da organização do Estado Amplo definem-se pelos limites da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa; e a diferença entre os sistemas de organização do Estado Amplo nas diferentes épocas e regiões é a diferença entre os tipos de extorsão da mais-valia⁴⁵.

Definir nesta conjugação o Estado capitalista deixará mais clara, no próximo capítulo, a análise das particularidades do contorno desta conjugação na Venezuela. Importante, por enquanto, é dizer que, na contemporaneidade da articulação histórica das duas formas, o

43 Id., 1991b, pp. 162-163.

44 Ibid., p. 162. A citação merece seguir: “[Poder] que os teóricos dos três poderes clássicos no sistema constitucional têm sistematicamente esquecido, ou talvez preferido omitir. E, no entanto, a lucidez de Adam Smith permitira-lhe colocar ao lado do poder político, tanto civil como militar, o poder de comandar e usar o trabalho alheio. Trata-se da capacidade de organizar o processo produtivo e, portanto, de organizar a força de trabalho e de lhe impor uma disciplina. Nem se pense que os cortes salariais ou, em última instância, a demissão são os únicos recursos punitivos à disposição dos capitalistas nas empresas. Ao escolher uma tecnologia de preferência a outra, o patronato tem de antemão um conhecimento exato do número médio de acidentes de trabalho, incluindo os fatais, que a sua decisão irá causar. Estes mutilados físicos, estes mentalmente arruinados, estes mortos são vitimados para que uma dada disciplina seja imposta nos processos produtivos e aí continue a prevalecer. Governante, legislador, polícia, juiz e carrasco – é esta a multiplicidade de funções do capitalista no interior da empresa.

45 Ibid., loc. cit.

Estado Ampla tem-se configurado como forma dominante. Para apreender a realidade, entretanto, não basta apenas apresentar as formas de existência de um aparelho, mas é igualmente necessário compreender-lhe a função nessa realidade.

O modo de produção capitalista ampara-se em relações sociais muito precisas que necessitam ser sucessivamente reproduzidas. “Conseguir enquadrar a força de trabalho num sistema em que se lhe extorque mais-valia, conseguir controlá-la durante esse processo de produção – é isso o capital”⁴⁶. No capitalismo, “a classe explorada não se limita a sustentar o peso dos exploradores, mas recebe deles o quadro e as modalidades em que se organiza”. O Estado capitalista, assim,

não é apenas uma plataforma que as classes dominantes usam para se constituírem internamente nem um simples instrumento de opressão dos explorados. Na sociedade atual uma classe domina na medida em que dita a organização interna da classe dominada. Princípio de auto-organização das classes capitalistas, o Estado é ao mesmo tempo o princípio da hetero-organização da classe trabalhadora⁴⁷.

Na prática, a hetero-organização da classe trabalhadora consiste na desarticulação, por repressão ou assimilação, das instituições criadas pelos trabalhadores em luta, ou seja, auto-organizados. Quando recuperadas estas instituições se burocratizam e passam à esfera hetero-organizativa do Estado. Aí degeneradas, mantendo apenas os antigos nomes, essas instituições passam a servir como mais um dos muitos sustentáculos que garantem a reprodução desse modo de produção.

Concluída essa breve apresentação das principais categorias analíticas desse modelo assente na perspectiva do marxismo heterodoxo, pode-se passar ao estudo da gênese do chavismo.

46 Id., 1987, p. 53.

47 Id., 2003, loc. cit.

3 A GÊNESE DO CHAVISMO

O capítulo a seguir examina o quadro econômico-político e a conjuntura donde surgiu e se desenvolveu o chavismo. A primeira seção discorre sobre as particularidades de uma economia baseada no petróleo e analisa o início da atividade petroleira na Venezuela. A segunda seção analisa a articulação histórica das formas de Estado na Venezuela até o estabelecimento do *Pacto de Punto Fijo*. A terceira seção analisa o processo de nacionalização do petróleo em meados da década de 70 e as implicações dessa nacionalização ao longo das décadas seguintes. A última seção, por fim, procura definir, dentro do quadro determinante da economia petroleira e do Pacto de *Punto Fijo*, as conjunturas notáveis que possibilitaram ao chavismo sua gênese e desenvolvimento.

3.1 Sobre o eixo constitutivo do petróleo

Nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo, a demanda dos setores de mais-valia relativa por matérias-primas pôde resolver-se por meio do aumento extensivo da produção destes bens, ou melhor, através do emprego de uma força de trabalho submetida à mais-valia absoluta. Além disso, as inovações de transporte e processamento de matéria-prima, iniciadas nos ramos industriais, bastavam para aumentar a produtividade do ramo extensivo. Dessa forma “a articulação entre as grandes áreas em que prevalecia cada um dos regimes de exploração reproduzia-se numa articulação entre áreas predominantemente industriais e outras quase exclusivamente agrárias e extrativas”¹.

Contudo, com o desenvolvimento da produtividade nas áreas industriais, a pressão por aumento da produção de matérias-primas não pôde solucionar-se apenas com o aumento extensivo da produção. O regime de mais-valia relativa somente se pode realizar através da articulação dos ganhos de produtividade na produção – e a conseqüente redução do valor por unidade produzida – com a constante redução do valor dos bens incorporados na força de

1 Bernardo, 1991b, p. 116.

trabalho. Ora, as matérias-primas constituem importante parcela, tanto dos bens incorporados (alimentos), como dos produzidos. Assim, com o agravamento da exploração em sistema de mais-valia relativa, ocorre uma forte pressão por aumento da produtividade na produção de matérias-primas; pressão que as áreas de mais-valia absoluta se mostram incapazes de responder.

Face a isso, aumentam simultaneamente os investimentos para incremento de produtividade nos ramos produtores de matérias-primas nas regiões sob os dois sistemas de exploração. Nas áreas onde prevalece a mais-valia relativa torna-se mais fácil a introdução dos mecanismos de aumento de produtividade nestes ramos agrários ou extrativos. Além disso concorrem com esses investimentos os rearranjos produtivos das próprias indústrias, que procuram minimizar e substituir o uso daquelas matérias-primas. Ao contrário, nas regiões da mais-valia absoluta, os investimentos para acréscimo da produtividade exigem uma remodelação profunda da própria estrutura produtiva, coisa difícil de ocorrer num ambiente onde prevalece a estagnação e a baixa acumulação de capital. Deste modo, mesmo que ocorram esses investimentos, eles terão sempre efeito posterior aos deflagrados nas áreas da mais-valia relativa e com isso agravarão as disparidades entre essas regiões.

Por essa razão pôde ocorrer a curiosa situação de regiões de maior “vocaçãõ” agrária serem superadas por regiões não tão visadas pela providência. Mais que isso, freqüentemente aquelas regiões condenaram-se a produzir, devido à estagnação, o mesmo tipo de bens que por séculos produziram². A história da Venezuela até o início do século XX correspondeu a uma das formas de realização deste mecanismo.

Colônia secundária do imperialismo mercantil espanhol e, depois de independente, um país sem grandes importâncias para economia mundial³, a pequena Veneza foi mais um de tantos lugares de exportação de matéria-prima, nomeadamente cacau e café, para o capitalismo industrial. A atividade agroexportadora, entretanto, arrefecera-se durante a I Guerra Mundial, com a redução das exportações devido à economia de guerra praticada pelos países envolvidos no conflito; e teve seu sepultamento deflagrado após a crise de 1929, com o deslocamento desses ramos para áreas mais bem localizadas em relação às condições gerais de produção. A narrativa da epopéia venezuelana não seria diferente da narrativa de tantos outros países latino-americanos, condenados a reproduzirem-se em mais-valia absoluta com a

2 Id., 1991b, p. 118.

3 “O território que a Venezuela ocupa hoje em dia foi, durante séculos, pobre e de escassa relevância”. Lander, 2005, p. 47.

transferência dos ramos de produção para áreas mais produtivas, se não houvesse em seu subsolo uma matéria-prima tão cara ao capitalismo industrial.

Com efeito, os novos procedimentos tecnológicos implementados com a difusão do taylorismo converteram o petróleo em matéria-prima indispensável à indústria capitalista. Corolário disso é o fato de que no intervalo entre as duas grandes guerras o petróleo passara a ser a principal e mais estratégica fonte energética mundial⁴. A atividade petroleira constituiu-se, pois, enquanto condição geral de produção no taylorismo nascente. E, por conformar em si os interesses mais gerais dos capitalistas, o negócio petroleiro organizou-se desde o início na forma de empresa transnacional⁵.

O petróleo, ao contrário de outras matérias-primas, apresenta algumas características singulares. Além de não ser matéria-prima de fácil substituição, o fato das regiões ricas em petróleo nem sempre corresponderem às áreas de predomínio da mais-valia relativa implicou uma articulação ímpar dos regimes de exploração nessa atividade. De tal forma que os aumentos de investimento para incremento de produtividade desse ramo, mesmo simultâneos a ambos sistemas de exploração, não concorrem entre si, mas operam de forma articulada. Assim, a introdução dos mecanismos de aumento de produtividade em prospecção, extração e transporte do minério pôde ocorrer igualmente nas áreas de predomínio da mais-valia relativa e nas áreas sob regime de mais-valia absoluta.

Tal fato, evidentemente, contribuiu para reforçar o caráter transnacional do empreendimento petroleiro, uma vez que a introdução desses mecanismos não coube nem ao Estado Restrito nem às empresas locais. Com efeito, beneficiando-se das condições econômicas existentes na região da empresa-sede, eram as filiais das empresas transnacionais quem mais dispunha de capital acumulado para realizar os investimentos necessários. Em comparação, a reestruturação produtiva necessária para realização desse aumento de produtividade por parte da iniciativa local seria substancialmente superior àquela necessária à implantação de uma filial de transnacional. Numa produção cujas instalações se encontravam espalhadas pelo globo, não caberia ao Estado Restrito qualquer protagonismo que não fosse isolado e muito limitado e o domínio sobre a indústria petroleira pôde passar, assim, desde o início, ao capital transnacional⁶.

4 Conforme o *site* da PDVSA.

5 Lander, em *ibid.*, pp. 49-50, aponta a necessidade de considerar-se o negócio petroleiro como desde início globalizado. Não o faz, contudo, da maneira aqui exposta, mas sim na forma apologética própria daqueles que analisam a história do capitalismo nos termos do conflito entre nações.

6 Para ter-se uma idéia da dimensão dessas companhias, reproduz-se aqui um texto de 1970 de um conhecido jornalista uruguaio: “*La Standard Oil Co. de Nueva Jersey es la mayor empresa industrial del mundo*”

Além do mais, a expansão de setores da mais-valia relativa para as regiões de mais-valia absoluta pouco contribuiu para a generalização nestas áreas do aumento da produtividade decorrente do negócio petrolífero. Assim, o que se observou foi a criação de pólos de mais-valia relativa nessas regiões. Entretanto, como a produtividade geral dessas regiões tende a ser baixíssima, para prosseguir com a estratégia de recuperação das lutas, os capitalistas dos pólos de mais-valia relativa recorrem à importação de alimentos de áreas mais produtivas. Sucede que apenas os trabalhadores inseridos no regime de mais-valia relativa acabam por adquirir os bens de subsistência importados, daí decorrendo um reforço da cisão entre trabalhadores. De um lado tem-se os trabalhadores do setor petrolífero, com alto nível de consumo. Do outro lado os demais trabalhadores, que muitas vezes recorrem ao cultivo familiar para atingir a escala do fisiologicamente aceitável.

A Venezuela é exemplo típico do caso em que a atividade petrolífera se inseriu numa vasta área de mais-valia absoluta. Isso de tal modo que qualquer tentativa de compreensão da especificidade do capitalismo venezuelano deve considerar a dominância que o setor petrolífero exerceu sobre o restante de sua economia. De fato, a formação da indústria petrolífera na Venezuela constitui um quadro geral determinante que permite analisar nesse país a evolução histórica da articulação entre os regimes de exploração e as formas de Estado.

Na Venezuela a atividade petrolífera teve início numa associação entre o Estado Restrito e os capitalistas locais. A primeira concessão⁷ foi outorgada em 1865 ao cidadão Camilo Ferrand para “*taladrar, sacar y exportar petróleo o nafta en todo el estado Zulia*”⁸. A concessão, contudo, caducou no ano seguinte pelo não cumprimento do contrato. Em 1878 foi concedido a Manuel Antonio Pulido Pulido o direito de extrair o asfalto descoberto em sua fazenda *La Alquitrana*. O sr. Pulido Pulido criou, para tal fim, a *Compañía Minera Petrolia del Táchira*, que iniciou sua diminuta produção comercial em 1883. Apesar da produção insignificante, a companhia já apresentava as formas integrativas que caracterizariam a indústria petrolífera nos anos seguintes⁹. As primeiras duas décadas de atividade petrolífera,

capitalista; fuera de los Estados Unidos no existe ninguna empresa más poderosa que la Royal Dutch Shell. Las filiales venden el petróleo crudo a las subsidiarias, que lo refinan y venden los combustibles a las sucursales para su distribución: la sangre no sale, en todo circuito, fuera del aparato circulatorio interno del cártel, que además posee los oleoductos y gran parte de la flota petrolera en los siete mares. Se manipulan los precios, en escala mundial, para reducir los impuestos a pagar y aumentar las ganancias a cobrar: el petróleo crudo aumenta siempre menos que el refinado” Galeano, 2003, p. 203.

7 O primeiro mecanismo de exploração de petróleo e derivados assumiu a forma jurídica da concessão, que consistia na cessão temporária de determinadas áreas a cidadãos venezuelanos, usualmente testas-de-ferro das transnacionais.

8 PDVSA.

9 Ibid. O site da PDVSA informa que a produção apenas abastecia de querosene as cidades vizinhas. Todavia,

contudo, distinguiram-se pelos empreendimentos isolados, que denotavam a ineficácia da associação entre governo e empresas locais.

Decorridos vinte anos da primeira concessão de exploração de petróleo ocorreu a entrada de uma empresa transnacional no negócio. Em 1883 concedeu-se aos senhores Horatio Hamilton e Jorge Phillips os direitos sobre o lago de asfalto de Guanoco. A concessão foi então repassada, em novembro de 1885, à *New York and Bermúdez Company* (NY&BC), uma futura subsidiária do *Asphalt Trust*¹⁰. No entanto o início das atividades das empresas transnacionais em território venezuelano foi marcado por extensos conflitos entre estas e o Estado Restrito, notadamente sob o governo de Cipriano Castro. Três fatos relacionados à NY&BC evidenciam a falta de coesão que caracterizou o relacionamento inicial entre governo e companhias transnacionais na Venezuela.

Em 28 de janeiro de 1897 quatro venezuelanos encontraram no estado de Bermúdez uma mina de asfalto, denominada *La Felicidad*, conseguindo em 30 de novembro do mesmo ano um título definitivo de sua propriedade. A NY&BC, alegando pertencer a mina à sua jurisdição, empreendeu uma ação judicial que só foi ter fim exatos sete anos depois. Contudo, este longo íterim de litígio fora atravessado por diversos julgamentos nos tribunais venezuelanos. Em Maio de 1900, *La Felicidad* foi transferida aos norte-americanos Charles M. Warner e P. R. Quinlan por quarenta mil dólares e a assunção de todos os riscos envolvidos¹¹. A outorga da concessão aos norte-americanos fez a transnacional, num exercício de soberania, “*declarar ilegal la actuación del Ejecutivo Nacional [...] en jurisdicción del estado Bermúdez*”¹².

Na véspera da emissão do parecer pela Corte de Cumaná a respeito de um dos mais importantes pontos em disputa, o gerente da NY&BC apareceu no porto da cidade a bordo de um vapor da companhia, trazendo consigo dez mil dólares em ouro. O metal tinha destino certo e o gerente conseguiu convencer dois dos três juízes a votarem pela NY&BC. O terceiro juiz, contudo, telegrafou a Caracas informando ao governo do suborno. Logo na manhã

ênfatisa o fato da companhia, apesar de pequena, integrar a si toda a atividade produtiva petroléira, “*tanto las de aguas arriba como las de aguas abajo*”.

Maza Zavala, 1986, pp. 480-481, refere-se à empresa criada pelo sr. Pulido Pulido como *Compañía Petrolera del Táchira*, agregando ainda que se tratava de “[...] *una explotación primitiva, casi artesanal, [...] constituida por intereses venezolanos, y que operó en la perforación, producción, transporte, refinación y venta de productos del petróleo [...] en cantidades muy pequeñas*”.

10 Colina, p.2.

11 Ibid., p.3. Em 28 de Janeiro de 1904 resolveu-se de forma unânime, na Alta Corte Federal de Caracas, o litígio entre a NY&BC e Warner e Quinlan em favor da concessionária.

12 Malavé Mata, 1974, p. 197.

seguinte o presidente do estado de Bermúdez tinha ordens expressas para resolver pessoalmente a situação. Depois disso não foram poucas as vezes em que os advogados do *Asphalt Trust* se utilizaram desse exemplo para mostrar ao Departamento de Estado em Washington o caráter despótico de Cipriano Castro em sua intervenção nos tribunais venezuelanos¹³. Como se a NY&BC também nada tivesse feito!

O segundo fato envolvendo a NY&BC apresenta novas peculiaridades. A 24 de outubro de 1899, o ditador Cipriano Castro, numa tentativa de resolução dos problemas fiscais de seu governo, declarava somente reconhecer as dívidas públicas assumidas a partir de maio daquele ano¹⁴. À essa época já não eram poucas as empresas transnacionais que possuíam filiais em Venezuela, nem poucos eram os valores das dívidas anteriores àquela data que o governo detinha com estas empresas. Bastou, assim, que o recém chegado governo inspirasse o temor da insolvência para que companhias “*como la NY&BC, el Gran Ferrocarril de Venezuela, la Compañía del Cable Francés o la Orinoco Shipping [mirasen] con beneplácito y confianza a una revolución organizada por un hombre de empresa, un financista como Manuel Antonio Matos*”¹⁵. A *revolución libertadora*, que contava também com o apoio popular e da Banca caraquenha, recebeu ajuda financeira das empresas transnacionais que operavam na Venezuela¹⁶. O montante do financiamento chegou aos duzentos mil dólares, cabendo à NY&BC a quantia aproximada de cento e quarenta e cinco mil dólares¹⁷. A vaga de revolução, mesmo não tendo êxito, mostrou como se podiam unir nos interesses e nas práticas as diversas companhias transnacionais.

Pouco tempo depois, na longa contenda judicial que se seguiu entre o governo venezuelano e o consórcio de empresas, Thomas H. Thomas, presidente em 1901 da NY&BC, ao ser questionado sobre quatrocentos mil dólares registrados contabilmente como necessários às condições revolucionárias na Venezuela daquela época, justificou-os com o fatalismo cínico próprio dos capitalistas de outrora. Disse, a respeito da cifra, que o fato de eles terem

13 Este ocase está descrito em Thurber, 1955, p. 22-23 *apud* Colina, op. cit., p. 2-3.

14 Colina, op. cit., p. 3. A data exata é 24 de maio de 1899, o dia seguinte à diminuta marcha que levou *Don* Castro ao poder.

15 *Ibid.*, loc. cit.

16 Brito Figueroa, 1966 *apud* *ibid.*, loc. cit., assinala que além da NY&BC, também contribuíram financeiramente para o intento do general banqueiro as seguintes empresas: *Orinoco Shipping Company*, *Intercontinental Telephone Company*, *American Telephone Company*, *Asphalt Company of America*, *Norddeutsche Bank*, *Pensylvania Asphalt Paving Company* e *The New Trinidad Asphalt Paving*.

17 *Ibid.*, loc. cit.

Em *The New York Times* de 22 de setembro de 1905, a reportagem “*Say asphalt company aided Matos's revolt*” informa que a NY&BC contribuiu com pelo menos cento e um mil dólares no intento de Manuel Antonio Matos.

sido obrigados a possuir grupos armados para proteger suas propriedades e prevenir ocupações provavelmente a explicava¹⁸. Se duzentos mil dólares haviam financiado uma tentativa de golpe de Estado, fica para imaginar-se a amplitude do exército particular e o número de capangas e testas-de-ferro que se poderia dispor com quatrocentos mil dólares da época.

O terceiro e último dos fatos acabou por resolver os conflitos entre o governo e as empresas transnacionais. Em Maio de 1904, o Procurador Geral da República instaurou juízo contra a NY&BC em razão do não cumprimento de algumas cláusulas contratuais e da ativa e comprovada colaboração no intento do banqueiro Matos, reclamando onze milhões de dólares (ou cinquenta milhões de bolívares¹⁹) como indenização. Num comunicado de Julho de 1904, o embaixador norte-americano em Caracas, Herbert W. Bowen, sugere ao Secretário de Estado de seu país que uma frota norte-americana ocupe as alfândegas de *La Guaira* e *Puerto Cabello* até que se ponha um “*punto final, de una vez por todas, a los ataques ilegales del Presidente Castro contra las corporaciones extranjeras establecidas en Venezuela*”²⁰. Comunicado aparentemente curiosíssimo, já que, pouco mais de um ano antes, fora o próprio sr. Bowen quem mediara as negociações que puseram fim ao bloqueio dos portos venezuelanos empreendido por três potências européias²¹.

A guerra judicial entre o governo e a NY&BC foi ampla e parcialmente divulgada pela imprensa internacional. *The New York Herald*, jornal cuja maior acionista era a própria NY&BC, publicava diariamente informações e reportagens a respeito do governo Castro com o intuito de desacreditar a ação judicial venezuelana²². A campanha anticastrista não se restringiu somente à imprensa norte-americana, pois também a francesa mostrou-se implacável com o ditador²³. Quando Cipriano Castro passou por Paris, em Dezembro de 1908,

18 Ibid., loc. cit., tradução do autor. “*Mr. Thomas said [...] that the fact that they were compelled to have armed forces to guard their property and to prevent claim jumping probably explained it*”. Optou-se por grupos armados na tradução de *armed forces* para salientar a inexistência de tropas regulares do governo venezuelano à época.

19 Colina, op. cit., p. 10.

A mesma reportagem do *The New York Times* informa que a quantia reclamada pelo governo venezuelano montava a 11 milhões de dólares.

20 O comunicado está transcrito em Thurber, op. cit., p. 80 *apud* Malavé Mata, op. cit., p. 201.

21 Entre Dezembro de 1902 e Fevereiro de 1903, navios alemães, ingleses e italianos cercaram os portos de *Barcelona*, *La Guaira* e *Puerto Cabello*, exigindo o pagamento das dívidas contraídas com os banqueiros, bem como a reparação pelos danos causados às pessoas e aos interesses destas nações durante as guerras internas venezuelanas. Coube ao sr. Bowen a mediação do conflito, que se resolveu em favor das grandes potências e reduziu ainda mais a esfera de poder do Estado Restrito venezuelano. Ver Colina, op. cit., p. 3-9, Maza Zavala, op. cit., p. 474-476; Malavé Mata, op. cit., p. 194-200.

22 Colina, op. cit., p. 10.

23 Ibid., loc. cit. As razões para isso devem-se à expulsão do *monsieur* Taigny, encarregado dos negócios da França em Caracas, e ao fato de que o Governo Castro empreendeu ação judicial semelhante contra a

durante sua viagem de saúde pela Europa para não mais voltar à Venezuela²⁴, os jornais exigiram sua extradição do território francês. E o semanário humorístico mais importante de Paris não poupou caricaturas que pintavam Castro como um selvagem e um macaco²⁵.

Em 1907 os tribunais venezuelanos condenaram a NY&BC a pagar “24 millones de bolívares por daños causados con sus auspicios al movimiento contra el estado venezolano”²⁶, decisão que provocou protesto por parte do Departamento de Estado norte-americano, culminando em junho de 1908 no rompimento das relações diplomáticas entre Venezuela e Estados Unidos²⁷. Em dezembro daquele ano a queda de Cipriano Castro poria fim à longa contenda entre o governo venezuelano e as empresas transnacionais²⁸. A partir do golpe dava-se início a uma nova fase do relacionamento entre Estado Restrito e Estado Amplo na Venezuela. O período seguinte não esteve livre dos conflitos com as transnacionais, mas estes deixaram de ser dominantes, passando à esfera dos casos isolados.

A Venezuela era então um país pobre e despovoado, com uma estrutura administrativa reduzida: o aparato administrativo e político do país consistia apenas de um pequeno exército, um escasso corpo diplomático, algumas centenas de escolas e poucos centros de coleta de impostos e contribuições²⁹. No longo governo seguinte o país passaria de agroexportador para eminentemente petroleiro³⁰. A ditadura de Juan Vicente Gómez executaria tal transição através da reconciliação e do aprofundamento das relações entre o Estado Restrito completamente autoritário, as classes dominantes locais e as empresas transnacionais.

Efetivamente, foi no longo período do gomecismo que as transnacionais passaram a ocupar um lugar de maior destaque na economia venezuelana. Num acordo de fevereiro de 1909, a multa de vinte e quatro milhões de bolívares da NY&BC seria reduzida para trezentos mil bolívares³¹. E em dezembro daquele ano Juan Vicente Gómez renovava os direitos

Compañía del Cable Francés, que monopolizava a comunicação venezuelana com o resto do mundo e teve importante participação na *revolución libertadora*.

24 Maza Zavala, op. cit., p. 477-478. Ainda que tenha tentado voltar à Venezuela em Abril de 1909, Castro jamais retornou e viveu permanentemente vigiado em Porto Rico até sua morte em 1925.

25 Colina, loc. cit.

26 Ibid., loc. cit.; Malavé Mata, op. cit., p. 202.

27 Colina, loc. cit. atribui o rompimento das relações diplomáticas à contenda entre a NY&BC e o governo Castro.

28 Maza Zavala, op. cit., p. 476-477, credita também à NY&BC o golpe de 19 de Dezembro de 1908 que derrubou o governo de Cipriano Castro.

29 Colina, op. cit., pp. 12-13.

30 Domingo Felipe Maza Zavala em op. cit., p. 477, escreve que “*Castro fue el último gobernante de un país agroexportador, fragmentado por el dominio de los caudillos, endeudado con el exterior, pobre en recursos fiscales, financieros y monetarios [...]. Gómez fue el primer gobernante de un país petrolero, con predominio del capital extranjero, sin el fiero 'caudillaje' tradicional, sin los partidos 'históricos' [...], con un creciente potencial fiscal, financiero y monetario*”.

31 Colina, op. cit., p. 14.

concessionários da transnacional³². Ademais, no mesmo mês, o governo outorgava à britânica *The Venezuelan Development Company* a concessão sobre 27 milhões de hectares, aproximadamente um terço do território venezuelano³³. Tinha início a “grande dança das concessões”.

Essa concessão de 27 milhões de hectares passou em 1912 para a *Caribbean Petroleum*, que era acionista majoritária da NY&BC. No fim desse ano a *Royal Dutch Shell* assumia o controle da *Caribbean Petroleum* e dava início à prospecção de petróleo³⁴. Nos anos seguintes diversos poços seriam descobertos e a exportação de petróleo iniciava-se em 1917. Deste ano até 1923 a produção de petróleo passou de 332 barris diários para 10000 barris diários. A partir de 1926 o petróleo e seus derivados tornar-se-iam o principal produto de exportação venezuelana³⁵. E em 1928 a Venezuela passaria a ser o maior exportador mundial de petróleo, com uma produção de 290000 barris diários³⁶.

A expansão da atividade petroleira atingiu vastas regiões isoladas e despovoadas que o Estado tratou de ocupar. Muitos venezuelanos deslocaram-se a essas áreas para habitar as novas cidades, construir obras de infra-estrutura e trabalhar na indústria do petróleo. A transição do país agroexportador para o país petroleiro correspondeu à difusão do sistema de trabalho proletário³⁷. Em contrapartida, o sistema de latifúndio continuava fortalecido e o campesinato prosseguia explorado sob regime de mais-valia absoluta. Nisto consistiu a modernização capitalista empreendida pelo gomecismo; e ela só pôde realizar-se mediante uma aliança entre as classes dominantes internas e os monopólios estrangeiros que controlavam a exploração de petróleo³⁸.

As receitas advindas do petróleo permitiram a Gómez criar um eficaz aparato repressivo. Muitas milícias particulares converteram-se em corpos regulares do exército e a máquina militar, policial e política do governo mostrou-se implacável. O gomecismo usou de todos os instrumentos disponíveis para manter-se no poder: instituiu a tortura; praticou o

32 PDVSA.

33 Ibid.; e Maza Zavala, op. cit., p. 481. Durante o governo Castro o total das concessões havia correspondido à área de 4 milhões de hectares.

34 PDVSA. Até então a principal atividade era a extração de asfalto.

35 Maza Zavala, loc. cit. Nesse ano o valor das exportações de petróleo, asfalto e derivados atingiu o valor de 247 milhões de bolívares, enquanto as outras exportações alcançaram o valor de 149 milhões de bolívares.

36 PDVSA. Destes, 275000 barris diários eram exportados. A Venezuela continuaria como maior exportador mundial até 1970.

37 Sobre a difusão do sistema de trabalho proletário em regiões pré-capitalistas ver Bernardo, 2004, pp. 41-62.

38 Ibid., p. 494, esclarece que “*el poder político absoluto del régimen gomecista se asentaba instrumentalmente en el dominio del ejército y la policía y económicamente en los intereses del capital monopolista extranjero principalmente establecido en el negocio petrolero, de la burguesía comercial-financiera y de los grandes latifundistas favorecidos por el estado de cosas reinante*”.

nepotismo; prendeu opositores; fechou a *Universidad Central*; e impediu sistematicamente a gestação de partidos políticos e organizações sindicais e camponesas.

O gomecismo também aperfeiçoou o aparato administrativo oficial e promoveu a construção das obras básicas de infra-estrutura³⁹. Ademais, o governo aproveitou-se de uma máquina administrativa já existente: grande parte da burocracia que viria a ocupar os quadros governamentais migraram da esfera das companhias transnacionais. E foram obviamente as empresas transnacionais quem mais se utilizou dessa vasta aparelhagem⁴⁰. As redes de comunicação e transporte, o sistema de energia, os aparelhos repressivos estavam todos disponíveis ao negócio petrolífero, que à época se tornara a principal atividade do país. Assim, o desenvolvimento do Estado Restrito na Venezuela efetuou-se por meio da expansão da atividade petrolífera, esta sob domínio das transnacionais⁴¹. Na prática o que então ocorreu foi uma transferência do ônus das condições gerais de produção da esfera do Estado Amplo à esfera do Estado Restrito autoritário, que podia centralizar capital com mais eficácia. Essa transferência, contudo, não significou uma transmissão da soberania já adquirida pelo Estado Amplo. Consistiu efetivamente num destacamento de algumas instituições componentes do Estado Amplo e na sua conversão em instituições oficiais⁴².

O Estado Amplo, assim, pôde utilizar-se dos aparelhos repressivos e organizativos do Estado Restrito para ampliar sua soberania sobre o território venezuelano. A aliança que possibilitou a uma minoria perpetuar-se no poder não somente entregou o controle dos poços de petróleo às empresas transnacionais, mas inseriu a Venezuela na vasta rede global da mais-valia relativa constituída pela indústria petrolífera.

3.2 O estabelecimento do Pacto de *Punto Fijo*

O fim do gomecismo⁴³ inaugurou um período de disputas entre as forças políticas que

39 Ibid., p. 492.

40 Ibid., p. 496.

41 Vieira et al, 2007, p. 25. “...el proceso de formación del estado nacional venezolano fue, desde el principio del siglo XX, condicionado y detenido por la influencia de las corporaciones petroleras...”.

42 Sobre a generalidade deste processo de transferência de soberania do Estado Amplo para o Estado Restrito ver Bernardo, 2000, pp. 13-14.

43 Juan Vicente Gómez morreu em 17 de dezembro de 1935. Até 19 de abril de 1936, o fim do mandato constitucional, o general Eleazar López Contreras assumiu o cargo interinamente.

até então haviam sido sucessivamente reprimidas na Venezuela. O ano de 1936 mostrar-se-ia determinante para o rearranjo da organização política venezuelana. Em fevereiro uma série de protestos culminaram numa grande manifestação de estudantes, professores e operários em frente ao palácio presidencial de Miraflores, exigindo, dentre outras coisas, o fim das repressões políticas e a democratização efetiva da vida pública⁴⁴. Foi a *Federación de Estudiantes de Venezuela* (FEV), presidida à época por Jóvito Villalba, quem primeiro dirigiu aqueles protestos. Em resposta, Eleazar López Contreras, já empossado, aprovou nova legislação trabalhista e proibiu a reeleição presidencial.

Em maio uma dissidência da FEV fundou a *Unión Nacional Estudiantil* (UNE), liderada por Rafael Caldera. A UNE compunha-se fundamentalmente de militantes ligados à igreja católica, simpáticos ao franquismo, que promoveram, sobretudo, a bandeira do anticomunismo e serviram às forças reacionárias como cabresto dos movimentos populares.

Em junho tinha início uma greve geral encabeçada pela FEV e por partidos políticos que se haviam criado ao longo daquele ano. Como resposta à greve, que durou três dias, López Contreras dissolveu os partidos e a FEV e aprovou a *Ley Lara*, que formalizou a tendência repressiva do regime⁴⁵.

De agosto a outubro os setores progresistas venezuelanos promoveram uma série de discussões sobre a criação de um partido. Havia duas propostas dominantes: Rómulo Betancourt defendia a criação de um partido de composição policlassista; e o *Partido Comunista de Venezuela* (PCV), na clandestinidade desde sua criação em 1931, propunha a fundação de um grande partido operário. Ao fim e ao cabo, Betancourt saiu-se vitorioso e criou-se o *Partido Democrático Nacional* (PDN)⁴⁶; o PCV deixaria do PDN no ano seguinte⁴⁷.

A 9 de dezembro teve início no estado de Zulia a primeira greve petroleira da história da Venezuela. A greve alastrou-se pelo país⁴⁸ e em 14 de dezembro mais de dez mil trabalhadores petroleiros já lhe haviam aderido. As empresas transnacionais prontamente agiram, tratando de impedir o fornecimento de alimentação e medicamentos aos trabalhadores e exigindo do governo a prisão dos grevistas mais radicais⁴⁹. Mas a ampla solidariedade manifestada por partidos de esquerda, estudantes e outros trabalhadores⁵⁰ foi decisiva para o

44 Maza Zavala, op. cit., p. 501-502. Entre trinta mil e quarenta mil pessoas estiveram presentes nessa manifestação.

45 Ibid., p.506. Entre outras coisas, a lei Lara proibiu o anarquismo e o comunismo em território venezuelano.

46 Além de Betancourt, também participaram do PDN Jóvito Villalba e Rómulo Gallegos.

47 Ibid., p. 505. Ver também, com muito crivo, Carrera, 2007.

48 Mas segundo Velásquez, 2002, não alcançou a região oriental do país.

49 Ibid., op. cit.

50 Remiro, 2006, relata que famílias venezuelanas se ofereceram para cuidar dos filhos mais jovens dos

desfecho da greve. Somente em 27 de janeiro de 1937 teve fim a greve que durara 45 dias. Como resultado do conflito, os trabalhadores criaram a primeira central operária, a *Confederación Venezolana del Trabajo* (CVT) e o governo decretava a necessidade de aumento salarial. Mas López Contreras não deixou de seguir os passos de seu antecessor e a partir do fim da greve colocou em prática uma política intensa de repressão. O PCV, o PDN, a FEV e a CVT foram postos na ilegalidade; jornalistas, políticos e dirigentes sindicais foram presos; e, em 13 de março de 1937, quarenta e oito dirigentes políticos, acusados de estarem afiliados a doutrinas marxistas, foram extraditados do país⁵¹.

O período da longa articulação entre o Estado Amplo repressivo e o Estado Restrito autoritário, contudo, estava-se debilitando. O Estado Amplo, tanto empresas transnacionais como locais, testara o vigor dos trabalhadores em luta e passava já, paulatinamente, a fazer concessões, mesmo que pequenas. Ainda assim, as empresas transnacionais já estavam a incrementar a produtividade mediante a aplicação de procedimentos tecnológicos mais eficazes e através do contínuo treinamento da força de trabalho⁵². Por outro lado, grupos capitalistas já desabituaados ao antigo gomecismo começavam a ganhar corpo e a requisitar seu quinhão na acumulação de capital.

A lenta transição da organização autoritária para a organização democrática do Estado Restrito prosseguiria em 1941, no governo de Isaías Medina Angarita. Durante seu mandato o autoritarismo foi mais brando e, apesar da repressão prosseguir, legalizou-se o PCV e o PDN, este convertido na *Acción Democrática* (AD); os presos políticos foram libertados; e os cidadãos extraditados receberam anistia⁵³. Entretanto, a política econômica de seu governo não agradou a alguns grupos de capitalistas venezuelanos nem, em especial, aos capitalistas estrangeiros⁵⁴. E, como sempre sucede, quando as relações intercapitalistas são débeis, a instabilidade dos regimes é regra.

Em outubro de 1945 Medina Angarita é deposto, assumindo o governo uma junta “revolucionária” composta por dois militares e cinco civis, estes vinculados à AD⁵⁵. A junta, presidida por Rómulo Betancourt, secretário-geral da AD, tratou de extirpar as influências do

grevistas. As doações para o fundo de manutenção da greve vinham de toda parte e intensificaram-se pela época do Natal.

51 Maza Zavala, op. cit., p. 506; e Remiro, loc. cit. Esta autora diz ser 14 de dezembro a data de extradição e recorda que, dos 48, Rómulo Betancourt permaneceu clandestinamente no país.

52 Ibid., p. 513. No setor agropecuário também se iniciava a incorporação de meios de produção e métodos de cultivo mais modernos.

53 Ibid., p. 508.

54 É o que indica Maza Zavala em op. cit., pp. 509-512.

55 Ibid., p. 511. Dos cinco civis, quatro eram dirigentes da AD e um era independente pró-AD.

gomecismo: estabeleceu sufrágio universal, convocou uma assembléia constituinte e perseguiu defensores do antigo regime. De lambuja restringiu liberdades e direitos civis e prendeu dirigentes políticos e sindicatos da esquerda não-alinhada à AD⁵⁶. De fato, a AD constituiu-se num partido de massas democrático-burguês. De orientação social-democrata, sua base foi ampla: campesina, operária, pequeno-burguesa; e no decorrer dos anos estendeu sua influência aos sindicatos e a outras associações capitalistas. Foi nessa época de relativa democracia reinante que a AD fundou seu braço sindical, a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV), a central sindical que mais correspondeu às formas burocráticas pelas quais se desenvolveram os sindicatos a partir de então.

Foi o governo provisório quem recebeu a visita de uma missão de negócios liderada por Nelson Rockefeller, da *Standard Oil*, e estabeleceu acordos de investimentos nos setores de produção e distribuição de bens de consumo. Era o pós-Guerra e outras transnacionais que não as companhias petroleiras desenvolviam-se. E se aparentemente o governo provisório combatia o capital estrangeiro ao não outorgar novas concessões de petróleo, efetivamente facilitava a penetração desse capital transnacional com os novos acordos⁵⁷.

Em dezembro de 1945 Jóvito Villalba com outros membros do PDN e do partido de Medina Angarita fundavam a *Unión Republicana Democrática* (URD). De orientação nacionalista e democrático-liberal, a URD constituiu-se como partido de centro-direita e participou da Constituinte. Em janeiro de 1946, para participar das eleições gerais, Rafael Caldera e seus correligionários da antiga e carola UNE criaram o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI). O COPEI, em prosseguimento à UNE, organizou-se como partido conservador, de orientação social-cristã; e foi desde início o partido da Igreja Católica, cujos fiéis (nem sempre) lhe compuseram a base.

As eleições gerais de dezembro de 1947, entretanto, confirmavam a influência que um partido passaria a ter. A AD obteve vitória maioritária, incluído aí Rómulo Gallegos, o presidente que não duraria nove meses no cargo. A 24 de novembro de 1948 militares ligados ao próprio governo de Gallegos sacam-no do poder e dão início ao último governo autoritário venezuelano do século XX⁵⁸.

56 Ibid., p. 517.

57 Ibid., p. 519. Isto torna-se mais flagrante quando se sabe que as companhias petroleiras se tornaram acionistas das novas empresas criadas e que o governo provisório outorgou uma concessão sobre minério de ferro a um consórcio norte-americano de aço.

58 Obviamente governo autoritário significa organização autoritária do Estado Restrito. O autoritarismo aqui é interno à classe capitalista e refere-se à centralização da acumulação de capital. Bernardo, 1991b, pp. 162-163.

De 1949 a 1957 foram postos na ilegalidade os partidos políticos e dissolvidas as organizações sindicais e estudantis⁵⁹. Estabeleceu-se a censura e foram suprimidos os direitos políticos e as liberdades democráticas. A repressão brutal, a tortura, enfim, esses mecanismos nada sutis que caracterizam no processo de produção a estratégia de mais-valia absoluta puderam ultrapassar, nessa ditadura militar-policia, a fronteira da produção e estabelecer-se no cotidiano das pessoas. Assim, o Estado Restrito autoritário pôde centralizar a acumulação de capital e dirigir os investimentos para setores específicos, notadamente obras de infraestrutura suntuosas⁶⁰, entre elas: as rodovias *Caracas–La Guaira*, *Regional del Centro* e *Francisco Fajardo*; os teleféricos de Mérida e Caracas; o *Centro Simón Bolívar*; o *Círculo Militar*; a *Ciudad Universitaria de Caracas*; o *Paseo Los Próceres*. Para implementar seus projetos grandiosos o general Marcos Pérez Jiménez promoveu uma massiva imigração de qualificada força de trabalho européia: 350 mil espanhóis; 310 mil italianos; 180 mil portugueses; que totalizaram um milhão de imigrantes. Essa recém-chegada força de trabalho, oriunda das regiões de predomínio da mais-valia relativa, acelerou o processo de proletarização da economia venezuelana⁶¹.

A ditadura desenvolvimentista que caracterizou o perezjimenismo pôde prosperar porque recebeu o suporte econômico do capital estrangeiro. A expansão petroleira foi muito acentuada no período: a capacidade de refino de petróleo passou de 107 mil barris diários em 1946 para 673 mil barris diários em 1957. Por sua vez, o investimento de capital estrangeiro aumentou de 938 milhões de dólares em 1945 para 3710 milhões de dólares em 1956⁶². Conjugaram-se assim no período o Estado Restrito autoritário com um Estado Amplo cada vez mais reformista. Com as receitas do petróleo o governo implementou novas condições gerais de produção das quais o capital transnacional se aproveitou para prosseguir com seu domínio sobre a indústria petroleira e o restante da economia venezuelana.

Nos últimos meses de 1957, porém, o governo de Pérez Jiménez deixava de ter o respaldo da burguesia, do exército, das forças políticas e da igreja católica⁶³. Além disso, os partidos políticos que estavam na ilegalidade organizavam-se para derrubar o regime. Entre 1956 e 1957 a *Acción Democrática* e o PCV articular-se-iam num corpo único, sob a tese da unidade de ação. E em dezembro de 1957, Rómulo Betancourt, Rafael Caldera e Jóvito

59 Ibid., p. 521; 529. A AD foi colocada imediatamente na ilegalidade, assim como foi dissolvida a CTV. O PCV tornar-se-ia ilegal em 1950. Copei e URD permaneceram legais até as eleições de 1952.

60 Ibid., p. 522.

61 Ibid., p. 527.

62 Ibid., pp. 523, 525 e 530.

63 Maza Zavala, op. cit., p. 542.

Villalba, reunidos em Nova Iorque, assinariam um pacto para derrubar o ditador. Na madrugada de 23 de janeiro de 1958 Marcos Pérez Jiménez deixava o governo, deposto por um movimento cívico-militar.

“*Cuando el dictador Marcos Pérez Jiménez fue derribado en 1958*”, escreveu em 1970 um jornalista uruguaio, “*Venezuela era un vasto pozo petrolero rodeado de cárceles y cámaras de torturas, que importaba todo desde los Estados Unidos: los automóviles y las heladeras, la leche condensada, los huevos, las lechugas, las leyes y los decretos*”⁶⁴. O longo período de atividade petroleira havia deixado profundas marcas sobre a economia venezuelana. Os ganhos de produtividade da indústria petroleira, se por um lado decorriam da generalização global da mais-valia relativa, por outro lado pouco se difundiram às demais atividades do país. A atividade agropecuária, por exemplo, se há muito deixara de ser o carro-chefe da economia nacional, tampouco supria o mercado interno; e as importações, conforme já visto, destinavam-se a uma faixa muito limitada da população. A Venezuela possuía a renda per capita mais elevada da América Latina e era a nação que mais bebia whisky escocês no mundo, mas também tinha metade de seus jovens fora da escola e a maioria da população vivendo sob condições precárias. A dualidade geoeconômica decorrente da articulação da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta teve na Venezuela um de seus exemplos mais típicos e conseqüentes.

Foi um movimento de massas quem depôs Pérez Jiménez e o substituiu por uma junta de governo. As massas populares, contudo, “assentam a sua existência, enquanto massas, na desorganização da classe trabalhadora”⁶⁵: é a estreiteza de horizontes que as caracteriza. Em Caracas, quando da queda da ditadura em janeiro de 1958, as massas populares nas ruas em nenhum momento foram mobilizadas contra a burguesia ou o capital petroleiro, mas contra o perigo de regresso do governo deposto. As jornadas populares só fizeram facilitar a consolidação do poder dos novos dirigentes⁶⁶. E não se podia esperar outra coisa: a desarticulação da classe operária tem correspondência direta com a articulação das classes capitalistas.

As classes dominantes haviam estabelecido previamente as regras do jogo e a etapa de transição já estava planejada. Enquanto a *Acción Democrática* e o PCV, os dois partidos historicamente mais eficientes no controle do processo de organização política das massas,

64 Galeano, op. cit., p. 219.

65 Bernardo, 2003, p. 28.

66 Ibid., p. 532-533.

procuravam normalizar a institucionalidade com a realização de eleições, as Forças Armadas cuidavam de moderar os excessos com a sutileza que as caracteriza⁶⁷. Dessa forma não fora espantoso que as concessões à massa operária apenas consistissem em subsídios ao desemprego, aumentos de salários, repartição de algumas terras e uma certa amplitude do jogo sindical⁶⁸. Estava assim preparado o ambiente para uma reorganização política que mantivesse a ordem natural das coisas.

Em 31 de outubro de 1958, véspera das novas eleições, a AD, o COPEI e a URD firmavam um acordo de unidade e cooperação mútua, que ficaria conhecido sob a alcunha de *Pacto de Punto Fijo*. No acordo os partidos comprometiam-se com: a defesa constitucional da pátria; um governo de unidade nacional; e um programa de governo mínimo comum. Na prática, com as regras do jogo político claramente definidas e aceitas pela maioria dos capitalistas, o *Pacto de Punto Fijo* criou o ambiente para o estabelecimento de uma democracia formal⁶⁹. Dentre os três partidos firmantes, a URD perderia influência ao longo do tempo⁷⁰ e o COPEI trataria de ser o coadjuvante do bipartidarismo que se instituiria⁷¹.

O governo eleito de Rómulo Betancourt tratou de cumprir aquilo que fora acordado no *Pacto*. Para tanto, garantiu às classes dominantes a manutenção da ordem e a sustentação de um equilíbrio das relações trabalhistas. A AD (juntamente com o COPEI) passariam a regular cada vez mais as ações das massas populares; e a CTV ampliaria seu controle sobre os sindicatos. O Estado venezuelano passou então a organizar-se naquilo que D. F. Maza Zavala chamou de acepção funcional ampla, um Estado burguês-burocrático-desenvolvimentista-populista⁷². Nos termos que aqui se vêm empregando, o Estado venezuelano passava a articular-se por meio de três elementos: o aparelho tradicional de poder; as associações de capitalistas, representada pela Fedecámaras; e as instituições encarregadas diretamente da organização da força de trabalho, nomeadamente a CTV. Ou seja, articulavam-se o Estado Restrito democrático com o Estado Amplo, formado por patrões e sindicatos na forma do corporativismo. Mas esse corporativismo não correspondeu à forma clássica porque era o

67 Maza Zavala, op. cit., p. 544.

68 Ibid., loc. cit.

69 Ou seja, organização democrática do Estado Restrito.

70 Depois de ganhar as eleições presidenciais em 1952 e não assumir devido ao golpe militar, Jóvito Villalba insistentemente tentou e sistematicamente perdeu as eleições seguintes. De maneira não muito paulatina a URD perdeu no *puntofijismo* o espaço que conquistara nos anos anteriores.

71 No papel o *Pacto de Punto Fijo* durou até o primeiro governo de Rafael Caldera. Na prática perdurou como forma de organização política até 1998.

72 Ibid., p. 533. Na mesma página Maza Zavala aponta que integravam implicitamente o Estado a Fedecámaras, a CTV e os partidos do estabelecimento.

Estado Amplo quem invariavelmente hegemonzava esse relacionamento.

É sugestivo de tudo isso a menção interessada que D. F. Maza Zavala faz à evolução significativa, nesse período, de um certo grupo de gerentes e executivos de altas posições, que “*han estado en el sector privado y en público, pasando con relativa movilidad de uno a otro*”⁷³. Mesmo com a ortodoxia a não lhe permitir reconhecer nesses gestores uma outra classe capitalista em ascensão, pôde este autor, com grande agudeza de análise, perceber as novas relações intercapitalistas que se iam tecendo muito além dos aparelhos clássicos de poder. Pela mesma razão que nesse corporativismo o Estado Amplo se tornava definitivamente hegemônico em relação ao Estado Restrito⁷⁴, também a classe capitalista dos gestores, caracterizada pela integração na globalidade econômica, passava a preponderar sobre a classe burguesa.

O puntofijismo, assim, inaugurou um período de forte coesão interna das classes dominantes. Coesão essa que foi reforçada com o desmantelamento sistemático dos grupos opositores. A política social, buscando minimizar a todo custo os conflitos, advogava a “paz social” e a estabilidade democrática⁷⁵. Enquanto os sindicatos burocratizados tratavam de (des)organizar as lutas para evitar que qualquer confronto lhes fugisse do controle, a polícia e o exército cuidavam dos casos clínicos por meio de porretes, torturas e desaparecimentos. “*La burocracia sindical, campesina, magisterial y gremial de los partidos del 'establecimiento' – utilizando todos los recursos, incluidos los de la violencia física – cumplía su tarea de frenar la lucha popular en sus manifestaciones críticas*”⁷⁶.

Em 1959 a AD expulsou de seus quadros os dirigentes e militantes que se demonstraram simpáticos à Revolução Cubana. Estes fundariam no ano seguinte o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). A 4 de maio de 1962, um batalhão da Infantaria de Marinha da cidade de Carúpano, juntamente com militantes do MIR e do PCV, ocuparam as ruas e os edifícios da cidade num levante contra o governo nacional. No dia

73 Ibid., p. 540.

74 O Estado Amplo passou, desde o fim da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente expansão das transnacionais, a assumir uma preponderância definitiva nas relações com o Estado Restrito. Para um maior detalhamento disto, ver Bernardo, 1991b, p. 169; e 2000, pp. 14-19.

75 Maza Zavala, op. cit., p. 541. “*La política social ha subrayado la suavización 'concertada' de las contradicciones y los antagonismos de clase (e intraclases), bajo la advocación de la 'paz social' y la estabilidad democrática, en cuyo empeño – que oculta una estrategia de poder – han sido implicados dirigentes sindicales, que han atendido más los intereses coyunturales de sus partidos políticos que los estructurales de la clase obrera. Así, los conflictos han sido minimizados, las treguas en el enfrentamiento capital-trabajo han sido generalizadas y prolongadas, y las contrataciones colectivas que regulan los grupos más calificados de fuerza de trabajo en sus relaciones con las empresas, han consistido, por lo general, en operativos transaccionales entre las burocracias sindicales y patronales*”.

76 Ibid., p. 546.

seguinte as forças governamentais recuperavam o controle sobre Carúpano e capturavam mais de 400 envolvidos. Dias depois governo suspenderia o funcionamento tanto do MIR quanto do PCV. Justo o PCV, que tanto havia contribuído para a derrubada de Pérez Jiménez e para abrandamento das manifestações no período da junta diretiva. No mês seguinte ao “*Carupanazo*” estourou na base naval de Puerto Cabello outra sublevação, muito maior, composta por civis e militares; esta teve conseqüências ainda mais funestas para os movimentos oposicionistas. Além do saldo de mais de 400 mortos e 700 feridos, o “*Porteñazo*” marcou a intensificação da depuração das Forças Armadas daqueles oficiais simpáticos às ideologias de esquerda⁷⁷.

Impedidos de penetrar no exército e influenciados pela Revolução Cubana, o MIR e o PCV resolveram passar à luta armada no campo e na cidade. O MIR batera-se em enfrentamentos urbanos já em 1961. E em 1962 o PCV criava as *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional* (FALN). No período compreendido entre os anos de 1962 e 1967 a luta armada foi relativamente vigorosa. Mas a desarticulação inicial dos trabalhadores foi determinante da ineficácia desses movimentos. No meio rural a guerrilha enfrentava problemas internos e um exército muito bem equipado e organizado. De fato, o exército desarticulou as guerrilhas rurais com o enfrentamento sistemático e com o estreitamento das relações com os camponeses, o que impedia a formação de uma base campesina que lhes sustentasse⁷⁸. Além disso, a Venezuela deixara de ser um país rural: a parcela da população vivendo no campo passaria de 44% em 1957 para 25% em 1975⁷⁹. Nas cidades, o bem municiado aparato repressivo contou com a ajuda dos sindicatos para dismantelar os focos guerrilheiros. Sem efetiva base de apoio as tentativas de insurgência evidenciavam a incapacidade de radicalização das lutas. A classe mais coesa, como sempre ocorre, prevaleceu e, como resultado, conseguiu-se a “paz social”, isto é, desarticulou-se completamente a classe dos trabalhadores, convertendo-a em massa. Ao movimento guerrilheiro restou duas opções: prosseguir com uma luta fadada ao isolamento; ou sair da clandestinidade e burocratizar-se na tentativa de mudança pelas vias institucionais. Já em 1969 a guerrilha se encontrava moribunda: o MIR passara por três divisões e as FALN haviam-se dividido em duas. A pacificação estava conclusa⁸⁰ e as décadas seguintes somente evidenciarium esse fato.

77 Ibid., loc. cit.

78 Ibid., p. 546. “*No existió nunca una base campesina de sustentación de los frentes guerrilleros*”.

79 Ibid., p. 541.

80 Ibid., p. 546.

3.3 Petr6leos de Venezuela?

Ainda durante o per6odo mais efervescente que se seguiu à queda do ditador P6rez Jim6nez, a junta de governo provis6ria, num rompante nacionalista, reformou por decreto a lei de imposto sobre a renda, aumentando a taxa sobre os lucros l6quidos de 26% para 45%. Esta medida provocou fortes represálias dos cons6rcios petroleiros: estes passaram, durante toda a d6cada seguinte, a promover uma ação global de baixa dos preos⁸¹ conjugada a uma pol6tica interna de sucateamento das instala6es⁸². Com isso o Estado Restrito venezuelano passou a sofrer perdas fiscais sucessivas que s6o iriam ter fim em 1970. De fato, com a conjuntura favorável da crise energ6tica e do fortalecimento da OPEP o governo venezuelano p6de reassumir certo controle sobre as receitas do petr6leo. Entre 1970 e 1974 a receita fiscal petroleira passou de US\$ 1,4 bilh6es (ou 10% do PIB) para US\$ 9 bilh6es (ou 40% do PIB)⁸³. Essa recuperação conjuntural das receitas fiscais deu corpo a um nacionalismo que andava presente numa parcela da classe dirigente venezuelana. Em 1975 o governo de Carlos Andr6s P6rez decretaria a nacionalização da ind6stria petroleira⁸⁴.

O governo indenizou as companhias petroleiras em 4,3 bilh6es de bol6vares em razão do descumprimento dos acordos de concessão, que tinham vig6ncia at6 1983. É bom frisar que o valor da indenização superava os lucros que as companhias poderiam haver alcançado se operassem at6 a data limite⁸⁵. Com a nacionalização, cada concessionária privada foi transformada numa filial, que manteve os contratos de assist6ncia t6cnica e comercialização. Assim, a Creole passara a chamar-se Lagoven; a Shell, Maraven; e a Mobil, Llanoven. Al6m do mais, os altos gerentes permaneceram em seus cargos, assim como as equipes t6cnicas e profissionais. No dia seguinte  nacionalização era criada a *Petr6leos de Venezuela Sociedad An6nima* (PDVSA), que funcionaria como operadora dessas filiais⁸⁶.

A partir da nacionalização, tanto os ingressos fiscais provenientes do petr6leo, quanto o controle que os burocratas do *Ministerio de Energia y Minas* possuíam sobre os n6veis de

81 O preço do petr6leo permaneceu em queda at6 1970, quando teve início a crise energ6tica.

82 Ibid., p. 549.

83 Mommer, 2003, p.4.

84 Antes disso o governo P6rez já havia nacionalizado a ind6stria de ferro e forçado a saída do capital estrangeiro de setores econ6micos chaves. Isso fez com que as empresas estrangeiras se retirassem da associação patronal Fedecámaras.

85 PDVSA. As companhias petroleiras, obviamente, já haviam recuperado em muito os investimentos inicialmente realizados.

86 Ibid.

produção do minério diminuíram paulatinamente⁸⁷. Em 1983 a PDVSA, em resposta a uma apropriação de ativos seus por parte do governo⁸⁸, iniciava uma política de internacionalização. Naquele ano a empresa comprou a refinaria VEBA na Alemanha e anos mais tarde passaria a operar nos EUA sob o nome CITGO. A PDVSA tornava-se o que já era, uma companhia transnacional, e utilizava-se dos mecanismos próprios das transnacionais para exercer sua soberania. As possibilidades várias de manipulação contábil no comércio matriz-filial livraram uma boa parte dos lucros da PDVSA do alcance do governo venezuelano⁸⁹.

O Estado Restrito venezuelano, sempre dependente das receitas advindas do petróleo, encontrava-se já desde 1983 numa profunda crise fiscal. Em 1989, para resolver o bloqueio econômico, realizou uma abertura internacional de sua economia⁹⁰. A PDVSA *pari passu* empreendeu a sua *Apertura Petrolera*. Com o reforço da internacionalização foi possível à PDVSA libertar-se ainda mais dos laços que a prendiam ao governo venezuelano e integrar-se plenamente à esfera transnacional do capitalismo.

O episódio da nacionalização da indústria petrolífera venezuelana é revelador do fato muitas vezes esquecido de que as ficções jurídicas são ficções. Elas nunca são determinantes da realidade, mas constituem apenas expressão, quase sempre falseada, dessa realidade. E não são poucos os autores que costumam esquecer-se de que as relações sociais não se modificam por decreto. Um especialista nos assuntos relacionados ao petróleo, Luís Lander, parece não compreender, num texto a respeito do período, o motivo da nacionalização ter redundado num enfraquecimento do Estado Restrito venezuelano⁹¹. Para ele, o “erro lógico e paradoxal” decorreria de posições conservadoras adotadas e de um certo movimento subversivo em gestação⁹².

Mas não havia movimento em gestação porque a classe dos gestores já estava há algumas décadas integrada às esferas globais da mais-valia relativa. O petróleo transformado pelo capital em condição geral de produção não tem cheiro nem pátria. A nacionalização correspondeu no plano da prática à resolução da disputa entre a burocracia governamental

87 Mommer, p. 6. Na página 9 o autor mostra que de 1981 a 2000 as receitas totais do petróleo passaram de US\$19,7 bilhões para US\$29,3 bilhões. E que as receitas fiscais do petróleo no mesmo período passaram de US\$13,9 bilhões para US\$11,3 bilhões.

88 Numa tentativa do governo superar o chamado “Viernes Negro”, em decorrência da crise da dívida externa. Naquele ano, houve fuga de capitais no valor de US\$8 bilhões, as receitas totais com petróleo não chegaram a US\$13,5 bilhões e o bolívar sofreu profunda desvalorização em relação ao dólar.

89 Também a manipulação sobre a definição de petróleo cru evitou que a PDVSA pagasse impostos ao governo. Ver *Ibid.*, p. 7.

90 O *Caracazo*, que foi a consequência imediata dessa abertura, será analisado na próxima seção.

91 Lander, 2005, pp. 51-54.

92 A idéia do movimento subversivo é de Bernard Mommer.

(*Ministerio de Energía y Minas*) e a burocracia transnacional (PDVSA) e à criação a partir daí de um “Estado dentro do Estado”⁹³; no plano da ideologia essa resolução correspondeu à retirada do tema do petróleo do debate político⁹⁴.

3.4 Entre o refluxo das lutas dos trabalhadores e a falência do *puntofijismo*

Hugo Rafael Chávez Frías entrou na Academia Militar venezuelana em 1970. Duas conjunturas são de importante consideração aqui. Por um lado, data dessa época, como já visto, a pacificação das guerrilhas: elas encontravam-se desmanteladas e, por isso, isoladas e desprovidas de qualquer base, já num acentuado declínio. Por outro lado, Hugo Chávez graduou-se na primeira turma de oficiais formada pelo plano *Andrés Bello*, que elevava o ensino militar a curso superior⁹⁵.

O plano Andrés Bello foi a versão venezuelana da política de formação de militares de elite implementada na América Latina ao longo do pós-guerra. Profissionalizou o sistema de admissão e ensino, instituiu a meritocracia e estabeleceu a organização formal burocrático-científica⁹⁶ na hierarquia militar. O graduando passou a estudar Engenharia, Educação, Administração, Política e Liderança, além das disciplinas usuais do estudo militar⁹⁷. Em suma, passava-se a criar uma tecnocracia militar: gestores com fardas.

Efetivamente, os militares aplicaram esses conhecimentos na estratégia de desarticulação das guerrilhas através da aproximação com a população campesina: *militares junto al pueblo*⁹⁸. Some-se a isso a vaga e mítica ideologia bolivariana, presente na Venezuela desde o século XIX⁹⁹, um misto de nacionalismo e humanismo, com algumas variações de

93 É o que se depreende no texto já citado de Bernard Mommer.

94 A partir da nacionalização a questão petrolífera, que sempre fora o foco central de qualquer debate político, deixou de ser discutida.

95 Harnecker, 2002, p. 9.

96 A respeito da burocracia no marxismo heterodoxo, ver Tragtenberg, 2005; e 2006.

97 Harnecker, 2003, pp. 72-73.

98 “*Nosotros tuvimos aquí un proceso subversivo bien fuerte en la década de los 60 y hasta finales de los 70 y se comprendió que la manera de negar espacio a quienes pretendían en aquella época instaurar una guerrilla de izquierda, era vinculando estrechamente a la Fuerza Armada con el pueblo*” - General Raúl Isaías Baduel em entrevista a Marta Harnecker. Ibid., p. 228.

99 “*Desde luego, en Venezuela el pensamiento bolivariano ha sido adaptado en diferentes épocas por diferentes personajes para diferentes fines y aún sigue siendo fuente de interpretaciones acomodadas al interés del*

anti-imperialismo, e que tinha no exército a sua expressão mais destacada¹⁰⁰. Chávez e seus correligionários já não se bateram contra a guerrilha, mas contra a extrema pobreza dos camponeses. Em 1982, durante um *cooper* místico, Felipe Acosta Carlez, Hugo Chávez Frías, Jesús Urdaneta Hernández e Raúl Isaías Baduel, pararam para descansar no *Samán de Güere* e ali repetiram o juramento que Simón Bolívar havia feito no Monte Sacro do Libertador. Comprometeram-se a partir de então a “não ser cúmplices por omissão ou comissão de todo o estado de coisas que se observava no país”¹⁰¹. Tinha início ali o Movimiento Bolivariano 200 (MBR-200), que se expandiria entre oficiais de baixa patente e sub-oficiais do exército¹⁰².

Conforme já visto, a década de 80 marcou a crise do Estado Restrito venezuelano. O sistema político estabelecido no *Punto Fijo* passava a apresentar problemas sucessivos e crescentes de solvência fiscal que redundaram na necessidade de abertura internacional da economia. O efeito mais imediato do pacote econômico adotado pelo então governo de Carlos Andrés Pérez foi a onda de protestos e saques que terminaria no *Caracazo*.

Os aumentos nos preços da gasolina e do transporte público levaram a parcela mais pobre da população de Caracas às ruas na manhã do dia 27 de fevereiro de 1989. No início pacífica, o confronto com os corpos policiais logo recrudesceria a manifestação a formas mais violentas de enfrentamento. Os saques e protestos violentos logo se espalhariam por outras cidades¹⁰³. Em resposta o governo declarou toque de recolher, militarizou as cidades principais e combateu os manifestantes com a violência típica de um cão acuado. Em Caracas permitiu ao exército custodiar a cidade com o uso de armas de guerra contra a população. O massacre que se seguiu atingiu a escala das centenas ou dos milhares¹⁰⁴.

O Caracazo provocou comoção generalizada. O governo teve de modificar o pacote econômico e voltar atrás com a política de preços. Ademais os acontecimentos ampliaram a instabilidade política e indignou uma grande parcela dos militares – principalmente aqueles ligados ao MBR-200. De fato o massacre foi a gota d'água para o movimento bolivariano dos gestores de fardas junto ao povo. E para quem aprendera na Academia Militar as artes e as ciências da administração e da liderança, o fracasso econômico do regime era visto como

gobernante o el político de oposición”. Maza Zavala, op. cit., p. 504.

100 “*El ideal bolivariano que influye en los venezolanos en forma general, tiene su asiento más fuerte en los militares. Nosotros nos sentimos verdaderos herederos de esas glorias*” - General Virgilio Lameda em entrevista a Marta Harnecker. Harnecker, op. cit., p. 71.

101 Ibid., p. 216.

102 A inserção do MBR-200 entre os civis foi pequena.

103 Barquisimeto, Ciudad Guayana, La Guaira, Maracay, Mérida e Valencia.

104 Os organismos oficiais afirmaram que foi de 300 o número de mortos. As fontes extra-oficiais disseram também ter contado os mortos nos bairros pobres, o que estenderia a cifra a mais de 3000 mortos.

decorrente da corrupção e da incapacidade dos dirigentes. O golpe de 4 de fevereiro de 1992 não foi mais que uma tentativa de resolução heróica do fantasma do Caracazo. Mas o golpe falhou¹⁰⁵. O puntofijismo, como já visto, sustentou-se num corporativismo amplo, que conjugava a integração dos capitalistas à profunda hetero-organização dos trabalhadores. O MBR-200 acreditava ter o apoio dos partidos de esquerda e da população mais combativa – não apareceu nem um nem outro no dia do golpe¹⁰⁶. Os partidos estavam incapazes de mobilização; e o golpe fracassou, mas criou um mito.

A forma de rendição dos militares levou que a derrota militar se convertesse em vitória política. Um dos líderes da tentativa de golpe, o então tenente-coronel Hugo Chávez Frías, apresentava sua rendição ao vivo¹⁰⁷, para todas as redes de televisão, e caía nas graças do povo. O sistema puntofijista começaria a desmontar-se no dia seguinte. Rafael Caldera, o fundador do COPEI, atacaria num discurso o governo de Carlos Andrés Pérez: “No se le puede pedir al pueblo que defienda la democracia cuando tiene hambre”. Com Chávez preso, Pérez foi deposto por corrupção e Caldera foi novamente eleito presidente.

Mas com as regras do antigo jogo ainda a vigorar, Caldera nada pôde fazer para livrar a Venezuela do bloqueio econômico: a PDVSA, desde os acontecimentos do golpe, havia-se transnacionalizado ainda mais. Por outro lado, as tentativas de cooptar Hugo Chávez ao antigo sistema político também não surtiram efeito. Liberto, Chávez e seu grupo trataram de conquistar a base de apoio popular que nunca haviam tido.

De 1994 a 1998 o MBR-200 empreendeu uma série de viagens aos mais distantes

105Um dos fatos mais curiosos e esclarecedores do golpe ocorreu durante o planejamento deste. Nas discussões entre os dirigentes do MBR-200, Raúl Baduel sugeriu que eles, então tenente-coronéis, esperassem até o ano 2000 para aplicar o golpe, época em que já seriam generais e não poderiam ser acusados de insubordinação. O que é a cabeça de um militar revolucionário e seguidor fiel da hierarquia?

106“*Teníamos fe en que el pueblo iba a moverse, pero nosotros – militares activos – no podíamos dirigir ese pueblo, ni convocar desde la clandestinidad. Contábamos con ellos y otros dirigentes, no solo de La Causa R, también gente del MEP y otros grupos políticos. Incluso yo recuerdo que me traje un camión lleno de armas de Maracay a Caracas, y nunca llegó nadie a buscarlas. Habíamos acordado armar a esos grupos de combate popular, pero no se dio el enganche, entiendo que por sus divisiones, por sus conflictos internos*”. Hugo Chávez Frías em entrevista a Marta Harnecker. Id., 2002, p. 25.

107Segue o discurso de rendição: “*Primero que nada quiero dar buenos días a todo el pueblo de Venezuela, y este mensaje bolivariano va dirigido a los valientes soldados que se encuentran en el Regimiento de Paracaidistas de Aragua y en la Brigada Blindada de Valencia. Compañeros: Lamentablemente, por ahora, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital. Es decir, nosotros, acá en Caracas, no logramos controlar el poder. Ustedes lo hicieron muy bien por allá, pero ya es tiempo de reflexionar y vendrán nuevas situaciones y el país tiene que enrumbarse definitivamente hacia un destino mejor. Así que oigan mi palabra. Oigan al comandante Chávez, quien les lanza este mensaje para que, por favor, reflexionen y depongan las armas porque ya, en verdad, los objetivos que nos hemos trazado a nivel nacional es imposible que los logremos. Compañeros: Oigan este mensaje solidario. Les agradezco su lealtad, les agradezco su valentía, su desprendimiento, y yo, ante el país y ante ustedes, asumo la responsabilidad de este movimiento militar bolivariano. Muchas gracias*”.

recônditos venezuelanos e estabeleceu uma vasta rede de contatos por toda a América Latina¹⁰⁸. Enquanto movimento fundado na disciplina militar e no respeito às hierarquias, o chavismo nunca buscou a auto-organização dos trabalhadores. Pelo contrário, como a hierarquia e o controle só se sustentam pela desorganização da classe operária, a base de apoio do movimento dos gestores com fardas bolivarianos foram as próprias e difusas massas populares. O bolivarianismo cumpriria então uma função ideológica crucial nessa empreitada: conciliaria os anseios desesperançados de uma classe trabalhadora desorganizada com os interesses mais gerais dessa parcela dos gestores.

Foi com uma massa agitada pelo descontentamento, mas completamente hetero-organizada, e numa situação de bloqueio econômico a anunciar o fim do *Pacto de Punto Fijo* que o chavismo pôde prosperar. A promessa da solução “heróica” da refundação da república, da substituição dos carcomidos dirigentes pelos renovados e loquazes bolivarianos, em suma, da revolta na ordem, só se efetivou na prática através do cruzamento dessas duas conjunturas. O chavismo converteu-se em regime de Estado porque se situou entre o refluxo das lutas dos trabalhadores e a falência do puntofijismo.

108Hugo Chávez, que na tentativa de golpe em 1992 fora impiedosamente condenado pelo demagogo Fidel Castro, conseguiria em 1995 um encontro com *El Comandante* e, a partir de então, reforçaria as relações com o governo cubano. Tal fato contribuiu para que boa parte da intelectualidade latino-americana passasse a ver com bons olhos o movimento bolivariano.

4 CONCLUSÃO

A atividade petroleira constituiu o eixo determinante da expansão capitalista na Venezuela. A entrada da indústria do petróleo na Venezuela ocorreu de forma localizada e os ganhos de produtividade dessa indústria não se generalizaram ao restante do território, mas restringiram-se a determinadas áreas. Dessa forma, criaram-se pólos de mais-valia relativa em vastas áreas de mais-valia absoluta.

Em nível global, as companhias transnacionais puderam aproveitar-se das condições gerais de produção e obtiveram, desde o início, o controle sobre a atividade petroleira. Na Venezuela, num momento inicial, foi o Estado Restrito em associação com as empresas locais quem primeiro iniciou esse tipo de atividade. Contudo, governo e empresas locais logo perderam espaço com a entrada das companhias transnacionais no país. A empresa transnacional exerceu nessa época uma relativa soberania, apresentando exército e burocracia próprias. A primeira forma de relacionamento entre governo e transnacionais foi conturbada e resultou na queda do governante venezuelano.

O gomecismo inaugurou um período de integração entre o Estado Restrito autoritário e o Estado Amplo repressor. Porém, com a baixa proletarização da economia e os altos custos daí decorrentes, o Estado Amplo não pôde prosseguir sua prática de soberania e transferiu parte de suas instituições à esfera do Estado Restrito, que poderia centralizar o capital acumulado de maneira mais eficaz e, assim, implantar as condições gerais de produção. No gomecismo tem início a proletarização da economia e, concomitantemente, a penetração do capital transnacional petroleiro.

O fim do gomecismo permitiu a entrada de novas forças no jogo político. Foi nessa época que ocorreu a primeira e mais radical greve petroleira, que desgastou paulatinamente a ineficaz estratégia da mais-valia absoluta. A partir daí deu-se início à transição do Estado Restrito autoritário para o Estado Restrito democrático e o Estado amplo começou a adquirir características menos repressivas. A junta “revolucionária” de 1945 foi o primeiro ensaio do *Pacto de Punto Fijo*. No período 1945-48 surgia a primeira associação entre governo, sindicatos e capitalistas e a conseqüente hetero-organização da classe trabalhadora. O Estado Amplo tomou fôlego no pós-Guerra e passou a transnacionalizar-se efetivamente.

A ditadura perezjimenista facilitou a entrada do capital transnacional na economia venezuelana ao centralizar novamente a acumulação de capital. Também o alto volume de imigrações acelerou o processo de proletarização, acarretando a intensificação da transnacionalização. Ao fim do perezjimenismo a Venezuela firmava-se numa vasta região de mais-valia absoluta que se articulava a pólos de mais-valia relativa, sendo que estes recorriam às importações para obter os ganhos de produtividade.

A unidade de ação empreendida entre adeístas e comunistas para derrubar a ditadura contribuiu para o estabelecimento do Pacto de Punto Fijo ao dominar as massas durante as jornadas populares. O puntofijismo articulou-se num corporativismo amplo onde as empresas transnacionais já ocupavam a posição hegemônica. A classe capitalista dos gestores, em processo de transnacionalização desde o fim da Segunda Guerra Mundial, passava a assumir papel decisivo no pacto.

As classes dominantes reforçaram sua coesão na medida em que depuraram os grupos oposicionistas internamente; desmantelaram as guerrilhas no campo e na cidade; e hetero-organizaram os trabalhadores, por meio dos sindicatos na cidade e dos *militares junto al pueblo* no campo.

O processo global de transnacionalização do capital, intensificado a partir da década de 70, provocou o enfraquecimento do Estado Restrito venezuelano. Do ponto de vista deste Estado, a nacionalização da PDVSA resolveu-se negativamente e permitiu aos gestores um controle cada vez mais efetivo sobre a economia do país. Ao longo da década de 80 o governo venezuelano constituído no *Pacto de Punto Fijo* revelou-se paulatinamente incapaz de superar o bloqueio ao desenvolvimento econômico decorrente da transnacionalização da atividade petroleira.

O movimento político que redundou no chavismo surgiu num cruzamento de uma conjuntura de pacificação guerrilheira, os *militares junto al pueblo*, com o estabelecimento, a partir do Plano *Andrés Bello*, de uma tecnocracia militar: os gestores com fardas. O duradouro quadro de hetero-organização da classe trabalhadora combinado à paulatina perda do controle sobre o principal recurso fiscal do país constituíram o quadro donde o chavismo se pôde desenvolver. Não foi na classe trabalhadora que o chavismo se apoiou, mas sim na deformidade organizativa das massas populares descontentes. Neste sentido, o bolivarianismo cumpriu a função ideológica de conciliar a classe trabalhadora com a classe dos gestores com fardas.

Durante a década de 90 a irresolução da crise econômica permitiu ao chavismo converter-se em regime de Estado. A realização da solução “heróica” da refundação da república, isto é, da revolução na ordem capitalista, só pôde ocorrer com a perpetuação da hetero-organização da classe explorada, ou seja, com a manutenção das massas. A ascensão de Hugo Chávez ao governo não significou de forma alguma a possibilidade de emancipação dos trabalhadores, ou seja, de ruptura com o capitalismo. Muito pelo contrário, somente inaugurou na Venezuela uma outra forma de realização desse modo de produção.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Edições Afrontamento, 1975. 328 p.

_____. **O dinheiro**: da reificação das relações sociais até o fetichismo do dinheiro. Revista de Economia Política, Vol III, n. 1, janeiro-março/1983. 16 p.

_____. **Capital, sindicatos, gestores**. São Paulo: Vértice, 1987. 119 p.

_____. **Dialéctica da prática e da ideologia**. Porto: Afrontamento: Cortez, 1991a. 79p.

_____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991b. 371 p.

_____. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há espaço para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000. 98 p.

_____. **Labirintos do fascismo**: na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Afrontamento, 2003. 959 p.

_____. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004. 167 p.

BRITO FIGUEROA, Federico: **Historia Económica y Social de Venezuela**. Caracas: UCV, 1966.

CARRERA, Jerónimo. **Venezuela**: la gran huelga de 45 días. People's Weekly World Newspaper, 2007. Disponível em <<http://www.pww.org>>, acesso em 17.04.2008.

CERESOLE, Norberto. **Caudillo, ejército, pueblo**: la Venezuela del comandante Chávez. Florianópolis: Barba Ruiva, 2007. 154 p.

COLINA, Oswaldo Ramírez. **El orden económico-financiero internacional venezolano**

(1900-1958). 45p.

COGGIOLA, Osvaldo. **América Latina siglo XXI: ¿una revolución en marcha?**. pp. 120-131.

ESPINASA, Ramón. **El auge y el colapso de PDVSA a los treinta años de la nacionalización**. In: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales. Caracas, volumen 12, n. 1 (ene-abr), 2006, pp. 147-182.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2003. 22 ed. 380p.

HARNECKER, Marta. **Hugo Chávez Frías: un hombre, un pueblo**. Cuba Siglo XXI, 2002. Disponible em <<http://www.rebelion.org>>, acceso em agosto de 2007.

_____. **Militares junto al pueblo**. 2003. Disponible em <<http://www.rebelion.org>>, acceso em agosto de 2007.

_____. **Venezuela: una revolución *sui generis***. 2004, 66 p. Disponible em <<http://www.rebelion.org>>, acceso em agosto de 2007.

LANDER, Luis E. **Petróleo e democracia na Venezuela: do fortalecimento do Estado à subversão soterrada e à insurreição aberta**. In: OURIQUES, Nildo (org.). Raízes no libertador: bolivarianismo e poder popular na Venezuela. Florianópolis, Insular, 2005, pp. 47-62.

MAZA ZAVALA, Domingo Felipe. **Historia de Medio Siglo en Venezuela: 1926-1975**. In: América Latina: historia de medio siglo (volumen 1 – América del Sur). México, Siglo XXI editores, sexta edición, 1986, p. 458-557.

MOMMER, Bernard. **Petróleo subversivo**. 2003. 20 p. Disponible em <<http://www.pdvsa.com>>, acceso em agosto de 2007.

PDVSA. **Concesión petrolera: concesión de soberanía**. Disponible em <<http://www.pdvsa.com>>, acceso em 14.03.2008.

PDVSA. **De la privatización a la nacionalización de la industria petrolera en Venezuela**. Disponible em <<http://www.pdvsa.com>>, acceso em 14.03.2008.

REMIRO, Fátima. **1936: la huelga petrolera**. Venezuela Real, 2006. Disponível em <<http://venezuelareal.zoomblog.com>>, acesso em 17.04.2008.

ROMERO, Juan Eduardo. **Usos e interpretaciones de la historia de Venezuela en el pensamiento de Hugo Chávez**. In: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, 2005, vol. 11, n 2, pp. 211-235.

THURBER, Orray E. **Origen del capital norteamericano en Venezuela**. La época del asfalto (1884-1907). Ed. Nueva Segovia. Barquisimeto, 1955.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: UNESP, 2005. 237 p.

_____. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006. 283 p.

_____. **A revolução russa**. São Paulo: UNESP, 2007. 151 p.

VELÁSQUEZ, Ramón. **1936: la primera huelga petrolera**. In: Memorias de siglo XX, 2002, p. 66. Disponível em <<http://www.ultimasnoticias.com.ve>>, acesso em 17.04.2008.

VIEIRA, Pedro A.; OURIQUES, Helton R.; DOS SANTOS, Fábio P. **Condicionantes nacionales, regionales y mundiales del gobierno Hugo Chávez**. 28 p.